

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade -
PPGCTS

**Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais: a adesão da UFSCar ao REUNI**

Aparecida Regina Firmino Canhete

São Carlos, SP

2024

APARECIDA REGINA FIRMINO CANHETE

**Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais: a adesão da UFSCar ao REUNI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Sigoli
Fernandes Costa

São Carlos, SP

2024

APARECIDA REGINA FIRMINO CANHETE

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: a adesão da UFSCar ao REUNI

Banca Examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Leandro Innocentini Lopes de Faria
UFSCar

Membro Titular: Dr. Antonio Carlos Lopes da Silva
UFSCar

Membro Titular: Profa. Dra. Rita de Cássia Arruda Fajardo
IFSP

Membro Suplente: Profa. Dra. Carla Renata Rufo
IFSP

Data do exame: 28/03/2024

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho de pesquisa resulta sempre de muito esforço e dedicação, com muitas pessoas nos incentivando e apoiando; para essas pessoas registro aqui meus agradecimentos.

Primeiramente ao Pai celestial por me guiar e me dar forças para concluir esta etapa importante de minha vida.

Aos meus pais terrenos José Marcílio e Benedita (Tuca), que me trouxeram ao mundo e me deram os melhores exemplos de caráter me ensinando o caminho da dignidade.

Ao meu esposo Mário André pela compreensão de minhas ausências em muitos momentos.

Aos meus filhos Jhonas, Bárbara e Natália, pelo carinho, apoio, confiança e grande incentivo para realização deste trabalho.

A pequena e amada Helena, minha maior motivação para conclusão do trabalho. Terei mais tempo para você.

A toda minha família pela confiança e palavras reconfortantes nesta caminhada.

Aos amigos pela companhia e momentos de descontração.

Aos colegas de trabalho pela amizade, incentivo e auxílio em vários momentos.

Aos membros da Banca pelo aceite ao convite e pelas riquíssimas contribuições.

A Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa, um agradecimento especial, pela confiança, incentivo, paciência e orientações precisas e objetivas.

“É preciso preservar a memória para que a história não morra”.

(Talison Ferreira)

RESUMO

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ao longo de seus pouco mais de 50 anos de funcionamento passou por profundas mudanças que impactaram sobremaneira em suas ações, resultando em seu modo de ser, produzir e se apresentar, e de modo peculiar, ao conjunto das instituições federais de ensino superior brasileira e para a sociedade em geral. Tais mudanças decorreram, essencialmente, a partir de um processo de tomada de decisão e de democratização das decisões, no âmbito de seus Conselhos Superiores, as quais vem acontecendo desde a instituição do primeiro Conselho Superior. Atualmente o Conselho Universitário, ConsUni, órgão máximo de deliberação na Universidade, constituído por representantes de todas as categorias da comunidade universitária, têm suas decisões tomadas a partir de um processo democrático e participativo. Dessa forma, partindo de um pressuposto que muitos processos decisórios impactaram a própria Instituição, o ensino superior brasileiro e a sociedade, este trabalho tem por objetivo geral registrar de forma ampla como ocorreu a decisão da UFSCar, tomada pelo Conselho Universitário, na adesão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), buscando compreender as causas das reações internas à sua implantação. Objetiva-se, também, contribuir para o registro da história e a premente necessidade de preservação da memória da UFSCar, visto que 66% dos servidores docentes e técnico-administrativos possuem menos 15 anos de permanência na Instituição. Dado o caráter unitário do objeto estudado a metodologia utilizada foi o estudo de caso, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta última fundamental para o desenvolvimento do tema e entendimento das manifestações internas ocorridas no processo de adesão da UFSCar ao REUNI, bem como compreender o cenário nacional envolvendo o Programa lançado pelo governo federal. Esta pesquisa, em outra instância, contribuirá para os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), ressaltando a importância da interdisciplinaridade, e de seu potencial para se compreender e registrar a história da Instituição, preservando sua memória institucional, além de contribuir com futuras pesquisas relacionadas à temática.

Palavras-chave: REUNI; memória institucional; processo decisório; ciência, tecnologia e sociedade.

ABSTRACT

The Federal University of São Carlos (UFSCar), throughout its slightly over 50 years of operation, has undergone profound changes that have greatly impacted its actions, resulting in its way of being, producing and presenting itself, and particularly within the context of Brazilian federal higher education institutions and society in general. These changes have essentially resulted from a process of decision-making and democratization of decisions, within the scope of its Superior Councils, which have been happening since the establishment of the first Superior Council. Currently the University Council, ConsUni, the highest deliberative body at the University, composed of representatives from all categories of the university community, has its decisions taken through a democratic and participatory process. Thus, based on the assumption that many decision-making processes impacted the Institution itself, Brazilian higher education and society, this study has the objective of broadly document how UFSCar's decision, taken by the University Council, in adhering to the Program for Support for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI) occurred, seeking to understand the causes of internal reactions to its implementation. Furthermore, it aims to contribute to the recording of history and the pressing need to preserve the memory of UFSCar, given that 66% of teaching and technical-administrative employees have spent less than 15 years at the Institution. Given the unitary nature of the object studied, the methodology used was the case study, through bibliographical and documentary research, the latter being fundamental for the development of the theme and understanding of the internal manifestations that occurred in the process of joining UFSCar to REUNI, as well as understand the national scenario involving the Program launched by the federal government. This research, in another instance, will contribute to studies in Science, Technology and Society (STS), highlighting the importance of interdisciplinarity, and its potential to understand and record the history of the Institution, preserving its institutional memory, in addition to contributing to future research related to the topic.

Keywords: REUNI; institutional memory; decision-making process; science, technology and society.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estudos do campo CTS e seus principais representantes.	35
Quadro 2: Origens e características das tradições de CTS.	36
Quadro 3: Datas-chave do processo de transformação política-institucional no Brasil.	48
Quadro 4: Instrumentos legais de apoio a expansão, qualidade e democratização da educação superior no Brasil.	50
Quadro 5: Instrumentos legais de apoio a expansão, qualidade e democratização da educação superior no Brasil, por Dilma Rousseff, em continuidade ao governo Lula.	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – 1ª Proposta de Expansão de vagas em novos cursos de graduação	65
Tabela 2 – 1ª Proposta de Expansão de vagas em cursos de graduação já existentes	66
Tabela 3 – Expansão de vaga em cursos de graduação existentes	72
Tabela 4 – Expansão de vagas em novos cursos a serem criados em 2009	73
Tabela 5 – Valores disponíveis para gastos com custeio	73
Tabela 6 – Valores referência/ano para gastos com custeio	74
Tabela 7 – Recursos disponíveis para investimentos	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFSCar	Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri
Andes-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centro Acadêmico de Sorocaba
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
ConsUni	Conselho Universitário
C&T	Ciência e Tecnologia
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
DAFono	Diretório Acadêmico de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Bahia
DDE	Docentes com Equivalência de Dedicação Exclusiva
DEMa	Departamento de Engenharia de Materiais
DGE	Departamento de Genética e Evolução
DIP	Diplomados nos Cursos de Graduação Presenciais
DPG	Dedução do Número de Professores Devida a Pós-Graduação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FASUBRA	Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos
Fundeb	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização do Magistério
Fundef	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ING	Vagas de Ingresso na Graduação oferecidas pela instituição
MAT	Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais
MEC	Ministério da Educação
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PL	Projeto de Lei
PLACTS	Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
Proext	Programa de Extensão Universitária
ProGPe	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAP	Relação Alunos de Graduação por Professor em Cursos Presenciais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SinTUFSCar	Sindicato do Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFSCar
TCG	Taxa de Conclusão Média dos Cursos de Graduação Presenciais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVAS	15
1.2 OBJETIVOS	22
1.2.1 Objetivo Geral	22
1.2.2. Objetivos Específicos	22
1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA	23
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	24
2.2 ESTUDO DE CASO	26
3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	29
3.1 TRADIÇÕES EUROPEIA E NORTE-AMERICANA DO CAMPO CTS	36
3.2 CTS - O PENSAMENTO LATINO AMERICANO	37
4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE MEMÓRIA	40
4.1 MEMÓRIA INSTITUCIONAL	41
4.2 A UNIDADE MULTIDISCIPLINAR DE MEMÓRIA E ARQUIVO HISTÓRICO DA UFSCAR - UMMA	44
5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	47
5.1 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, UM BREVE HISTÓRICO	47
5.2 O PROGRAMA REUNI	54
5.2.1 As metas do Programa REUNI	56
5.3 O PROJETO UNIVERSIDADE NOVA	60
6 RESULTADOS: O REUNI na UFSCar	62
6.1 PERFIL DA UFSCAR NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA REUNI	68
6.2 DIMENSÕES REUNI E DIRETRIZES DO PDI-UFSCAR	69
6.3 A PROPOSTA DE EXPANSÃO DA UFSCAR PARA ADESÃO AO REUNI	71
6.4 A DECISÃO DE ADESÃO DA UFSCAR	75
6.5 AS MANIFESTAÇÕES NO CENÁRIO NACIONAL	79
6.6 AS MANIFESTAÇÕES NA UFSCAR	86
6.7 A EXPANSÃO DA UFSCAR	90
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A: Exposição dos Diretores de Centro na reunião do ConsUni, de 19/10/2007.	106

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento científico, tecnológico e econômico ocorrido no início do século XX ocasionou grandes mudanças. Neste contexto, se fez necessária uma visão mais crítica sobre as transformações ocorridas, resultando no Movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade, identificada pela sigla (CTS). Iniciado no Hemisfério Norte em meados do século XX, o movimento apresentou forte contestação a clássica concepção de ciência, defendendo que as questões sociais não estavam desvinculadas da ciência e tecnologia. Com crescente sentimento de que “o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico não estava conduzindo, linear e automaticamente, ao desenvolvimento do bem-estar social. Nestes contextos, Ciência e Tecnologia (CT) passaram a ser objeto de debate político” (Auler; Delizoicov, 2006, p. 2).

Em Palácios *et al.* (2003) verifica-se que os estudos no campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade, não são só relevantes desde os âmbitos acadêmicos em que tradicionalmente se têm desenvolvido as investigações históricas ou filosóficas sobre a ciência e a tecnologia, mas adquirem relevância pública de primeira magnitude quando da participação da sociedade no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. As questões relativas à ciência e tecnologia e sua importância na definição das condições de vida humana saem do âmbito acadêmico para converter-se em centro de atenção e interesse conjunto da sociedade.

Palácios *et al.* (2001) apontam que a expressão “ciência, tecnologia e sociedade” define um âmbito de trabalho acadêmico cujo objeto de estudo é constituído pelos aspectos sociais da ciência e tecnologia, tanto no que concerne aos fatores sociais que influenciam as mudanças científico-tecnológicas, quanto no que se refere às consequências sociais e ambientais.

Neste estudo, parte-se da premissa de que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como organizações sociais vinculadas ao Ministério da Educação, desempenham papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico do país, sendo responsáveis por mais de 90% de toda produção científica brasileira e pela formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento (Baldez, 2019).

As IFES, com respectivas gêneses na intencionalidade de serem criadoras, autônomas, multidisciplinares e com o compromisso de responder às demandas sociais, têm sido fiéis na dupla missão de formar pessoas e gerar novos conhecimentos, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Com a evolução do movimento para o campo científico interdisciplinar, é que se pretende olhar para a preservação da memória das IFES, neste caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), numa perspectiva teórica e conceitual do campo CTS.

Nesse contexto, a vasta quantidade de documentos produzidos ao longo da trajetória das respectivas instituições, são consideradas fontes documentais fundamentais com informações relevantes sobre as decisões das instâncias dirigentes ao longo da história das instituições, além de reproduzir as atividades da instituição, a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, constituindo assim, registros de importância ímpar para compreensão da identidade institucional.

Numa primeira aproximação desses registros, observa-se que ao longo do tempo as instituições passaram por profundas mudanças que muito impactaram suas ações, decorrentes dos mais diversos motivos, como o crescimento acadêmico-científico, a implantação da gestão multicampi ocasionada pela expansão física da rede federal de ensino superior, ocorrida no período de 2003 a 2010, a internacionalização de suas atividades, entre outras grandes mudanças, que apontam para uma premente necessidade de registrar a história das instituições, visando preservar e disseminar sua memória institucional.

Segundo Nassar (2007) o resgate de sua história proporciona às organizações brasileiras o melhor entendimento de suas origens, o que possibilita o aprimoramento do trabalho atual, respeitando tradições e solidificando uma responsabilidade e um compromisso social histórico em relação às comunidades em que estão instaladas.

Nesse sentido, dado o reconhecimento da pesquisa sobre o patrimônio histórico universitário, que a cada dia vem ganhando mais importância, observa-se a relevância de preservar a memória dessas instituições, visando imediata acessibilidade sobre a história e trajetória institucional das mesmas, ao mesmo tempo em que se dá maior visibilidade e transparência às respectivas formas de gestão.

1.1 JUSTIFICATIVAS

Com a promulgação da Lei 3.835, de 13 de dezembro de 1960, que federalizou a Universidade da Paraíba, até então uma instituição estadual, foi criada legalmente, em seu artigo 11, a Universidade Federal de São Paulo (UFSP), com sede na cidade de São Carlos. Nos artigos subsequentes, 12 e 13, foi estabelecida a composição da universidade, a ser integrada por estabelecimentos de ensino superior isolados, a saber: Escola Paulista de Medicina, Escola de Engenharia de São Carlos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André; bem como o prazo para atendimento constitucional do disposto nestes artigos. Somente em 1965, em atendimento à Lei 4.759, seu nome foi alterado para Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

A iniciativa para criação da universidade partiu do Deputado Federal Ernesto Pereira Lopes (médico e industrial paulista radicado em São Carlos; Presidente da Câmara dos Deputados no início dos anos 1970), com auxílio do Deputado Federal, também médico, Lauro Monteiro da Cruz (membro e Presidente da Comissão de Educação da Câmara por vários anos)¹.

Muitos embates políticos e acadêmicos se seguiram sobre a configuração da nova universidade; pois “as propostas de incorporação de outras instituições continuavam a surgir, mas encontrando sempre resistência dos representantes das escolas e universidades que viriam a compor a UFSCar”². No entanto a decisão final, a partir de conversas com o Prof. Sérgio Mascarenhas (USP), a opção foi pela criação de uma universidade totalmente nova, que pudesse fazer toda a diferença no cenário educacional superior do país.

Nesse sentido, com a publicação do Decreto 62.758, de 22 de maio de 1968, fica instituída sob forma de Fundação, a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, uma entidade pública de ensino superior, com ensino gratuito em todos os seus níveis; primeira instituição federal de ensino superior a se instalar no interior do estado de São Paulo.

A partir daí, várias tratativas e ações para efetiva instituição da universidade, como: instituição do Conselho de Curadores (com primeira reunião realizada no dia

¹ Universidade Federal de São Carlos. 2020. Cronologia dos 50 anos da UFSCar 1970-2020.

² *Ibidem*, p.6.

05 de outubro de 1968, que contou com a presença dos deputados federais Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz e do professor Sérgio Mascarenhas); desapropriação das terras da Fazenda Trancham pelo Prefeito Municipal de São Carlos, Carlos Antonio Massei, para instalação do campus universitário, em 02 de dezembro de 1968; certidão de doação da área para a universidade, assinada em 24 de fevereiro de 1969, pelo então Prefeito Municipal José Bento Carlos do Amaral; realização do primeiro vestibular em 1970, para os cursos de Licenciatura em Ciências e de Bacharelado em Engenharia de Ciências dos Materiais.

Em 16 de março de 1970, a UFSCar recebeu nas instalações da antiga fazenda os primeiros 96 estudantes das primeiras turmas desses cursos, os quais foram considerados pioneiros em termos de área de conhecimento, sendo o primeiro na formação de professores para atuar desde o ensino básico ao superior, visando responder às demandas da sociedade de forma mais ampla, e o segundo, considerado avançado para a época, com a finalidade de formar profissionais competentes para contribuir com o desenvolvimento do complexo industrial (Universidade Federal de São Carlos, 2022).

No documento intitulado 'Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos', de 23 de junho de 1969, "ênfatizava a importância e o papel que a UFSCar propôs-se a exercer no campo científico-tecnológico, com o anseio de atuar de forma criadora no processo de responder à demanda social por tecnologia de ponta e de maneira autônoma sem perder de vista o cunho multidisciplinar" (Universidade Federal de São Carlos, 2022, p. 29).

Desde então pode-se afirmar que é notória na UFSCar a constante busca pela qualidade acadêmica, tanto que na década de 1980 ficou conhecida como a 'pequena notável'. Atualmente, a UFSCar continua notável, mas já não é tão pequena, é uma instituição multicampi, sediada no município de São Carlos, local de sua fundação, com expansão da oferta de seus cursos e ações para os municípios de Araras, Sorocaba e Buri.

Em 1991, com a incorporação do extinto Instituto do Açúcar e Alcool à UFSCar, local em que se desenvolvia atividades com a cana-de-açúcar por meio do Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), deu origem a criação do campus de Araras, localizado a 86 km do campus São Carlos, com respectiva criação do Centro de Ciências Agrárias (CCA). Além do

campus localizado em Araras, também foram incorporadas à UFSCar as unidades paulistas do extinto IAA/Planalsucar, a saber, a Estação Experimental de Valparaíso, EEV, vinculada ao CCA e utilizada pelo Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar; a Unidade de Anhembi também foi incorporada à UFSCar, mas extinta em 2014.

Em 2005, com o aumento da demanda regional por oferta de ensino público e de qualidade, foi criado o campus Sorocaba, localizado a 225 km de São Carlos. Em 2010, a UFSCar foi consultada e após estudos e negociações que contou com a participação do Presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministro da Educação Fernando Haddad e do Deputado Federal Newton Lima Neto, aceitou o desafio de implantar seu quarto campus e contribuir para o desenvolvimento da região, no município de Buri, localizado a 308 km de São Carlos e a 130 km da cidade de Sorocaba. O Campus Lagoa do Sino foi doado à UFSCar pelo escritor Raduan Nassar, com todas as instalações e parte dos equipamentos da antiga fazenda.

Nos seus quatro campi a UFSCar conta com 8 centros acadêmicos e 47 departamentos acadêmicos. Oferece à comunidade 65 cursos de graduação presenciais, 2 cursos a distância e 3 cursos na modalidade alternância, sendo dois no âmbito do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) e um no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica, coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

A pós-graduação com grande representatividade na UFSCar conta com 60 programas de pós-graduação distribuídos em seus campi, resultando na oferta 49 cursos de mestrado acadêmico, 13 de mestrado profissional e 37 cursos de doutorado.

Há de se registrar que os campi “possuem realidades distintas quanto às características socioeconômicas, ambientais e culturais.” No entanto, “possuem as mesmas diretrizes quanto à formação do egresso na graduação e pós-graduação e desenvolvimento das políticas institucionais” (Universidade Federal de São Carlos, 2023a, p. 15).

Dessa forma:

é possível afirmar que ao ampliar a oferta de cursos, diversificar as áreas de atuação e ainda, se instalar em outras regiões do Estado, a UFSCar possibilitou não somente a formação de profissionais capacitados; mas também ampliou a produção e disseminação de conhecimento, cultura e arte relevantes para a sociedade. Além disso, intensificou a sua interlocução com a sociedade à medida que suas ações estão atreladas ao atendimento das demandas sociais das regiões onde se localiza cada um de seus quatro campi, reafirmando os seus princípios institucionais: excelência acadêmica com compromisso social (Universidade Federal de São Carlos, 2022, p. 32).

Com o passar dos anos, a Universidade cresceu e se fortaleceu ganhando “notoriedade nacional e internacional pelo seu caráter inovador, sua excelência acadêmica, seu compromisso com a transformação social e sua gestão democrática”³, destacando-se pelo alto nível de qualificação de seu corpo docente, que, de acordo com dados relativos ao mês de fevereiro de 2024, obtidos junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe/UFSCar), 98% dos docentes são doutores (os demais 2% possuem mestrado), os quais desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, com percentual de 97% de docentes em regime de dedicação exclusiva.

Neste crescimento e reconhecimento da UFSCar, além da ampliação no número de cursos de graduação e pós-graduação, com consequente aumento no número de alunos, destacam-se: a evolução da produção científica da UFSCar, a qual “contribui significativamente para a produção científica da cidade de São Carlos, do Estado de São Paulo e do Brasil” (Faria; Gregolin; Hoffmann, 2007, p.211); o crescimento da produção bibliográfica, pelo qual a UFSCar é considerada como uma das melhores do país no que tange à produção intelectual e excelência acadêmica, e reconhecimento internacional pela sua evolução e disseminação do conhecimento.

Como consequência deste crescimento acadêmico-científico e físico, se fez necessária a ampliação de seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como de aporte financeiro para realização do conjunto de atividades desenvolvidas na Instituição.

Dessa forma, a estrutura da instituição, regulamentada em seu Estatuto (Portaria SESu no 984, de 29 de novembro de 2007), está organizada em três

³ Universidade Federal de São Carlos. 2020. Cronologia dos 50 anos da UFSCar 1970-2020. p.7.

níveis: superior, órgãos setoriais (ou intermediários) e constitutivos (ou de base). Para o funcionamento das atividades-fim da universidade (ensino, pesquisa e extensão), suas atividades-meio estão organizadas em duas esferas: a deliberativa e outra executiva. Nesses três níveis de estrutura organizacional, as principais decisões são tomadas pelos órgãos colegiados deliberativos e implementadas pelos órgãos executivos, de apoio e suplementares (Universidade Federal de São Carlos, 2022).

Assim, a política institucional de ensino, pesquisa, extensão e administrativa executada na UFSCar é formulada, acompanhada e avaliada pelos respectivos órgãos superiores da administração, a saber: Conselhos de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, de Extensão e de Administração, todos órgãos deliberativos específicos, criados no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar (PDI), de 2002-2004, e implantados em setembro de 2008, a partir da entrada em vigor do novo Estatuto da UFSCar, adequado de acordo com as diretrizes do PDI; e ainda os Conselhos de Assuntos Comunitários e Estudantis e o de Gestão de Pessoas, instituídos em 2011 e 2021, respectivamente.

Tais Conselhos estão subordinados às diretrizes do Conselho Universitário, (ConsUni), órgão deliberativo máximo da Universidade, ao qual compete decisões para execução da política geral da Instituição em conformidade com seus Estatuto e Regimento Geral. Dentre as atribuições do ConsUni, destaca-se a formulação, aprovação, acompanhamento e avaliação da Política Institucional - de formação, produção e disseminação do conhecimento, pessoal, recursos financeiros, infraestrutura e gestão da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos, 2007).

Há de se registrar que nem sempre o ConsUni figurou como órgão máximo da Instituição; pois o decreto de instituição da UFSCar como Fundação (Dec. 62758, de 22/05/68), delegava competência ao Conselho de Curadores da Fundação Universidade Federal de São Carlos (CC-FUFSCar), para atuar como comissão organizadora, bem como promover o planejamento geral, receber e aplicar recursos financeiros, contratar pessoal docente e administrativo, enquanto o número de faculdades, unidades e cursos não fossem suficientes para o funcionamento legal da Universidade. Assim, delegava-se àquele Conselho

[...] todas as condições para exercer o controle sobre a vida da Universidade enquanto fosse de seu arbítrio e interesse ou enquanto

não houvesse pressão interna ou determinação externa para que os órgãos colegiados superiores da Universidade fossem constituídos (Sguissardi, 1993, p.123).

O Conselho de Curadores assumiu então por um período de 10 anos, ou seja, de 1968 a 1978, as prerrogativas dos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa da UFSCar, até o início do funcionamento dos órgãos colegiados superiores em outubro de 1978, ocasião em que se constituiu o Colégio Eleitoral Especial para elaboração da lista sêxtupla de candidatos a reitor da UFSCar, por determinação legal, atrelada à “pressão exercida pela comunidade universitária, então já organizada em suas associações e diretório estudantil” (Sguissardi, 1993, p. 196).

Estes fatos foram determinantes para os colegiados à época (Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa) entrarem em funcionamento; mas o ConsUni somente assumiu sua autoridade de órgão máximo da UFSCar a partir da não recondução do Prof. Dr. William Saad Hossne, eleito com mais de 70% dos votos do campus, para novo mandato de reitor; decisão esta tomada pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, em consonância com a posição do Conselho de Curadores da FUFSCar. Esta decisão deu início a um confronto entre Fundação (Conselho de Curadores) e Universidade, a qual se estendeu por vários anos. Somente em 1991, com a aprovação das alterações estatutárias da UFSCar, o Conselho de Curadores passou a ser um órgão de natureza estritamente fiscal, e o ConsUni assumiu definitivamente sua posição de colegiado deliberativo máximo da Instituição (Sguissardi, 1993).

No entanto, a UFSCar, ao longo de seus 54 anos de funcionamento passou por profundas mudanças que muito impactaram suas ações; mudanças estas decorrentes, essencialmente, de decisões tomadas no âmbito de seus Conselhos Superiores, as quais vem ocorrendo a partir de um processo de tomada de decisão desde a instituição do primeiro Conselho (Conselho de Curadores da Fundação, em 05/10/1968)⁴, e posteriormente com o Conselho Superior máximo da Instituição, o Conselho Universitário, cuja primeira reunião ocorreu em 11/10/1978⁵.

Com a ampla transformação, como expansão, implantação da gestão multicampi, internacionalização de suas atividades, renovação de seu quadro de

⁴ Livro de Atas do Conselho de Curadores da FUFSCar nº 1 p. 1. 1968

⁵ Livro de Atas do Conselho Universitário da UFSCar, nº 1 p. 1. 1978.

pessoal efetivo, entre outras grandes mudanças, com dados relativos ao mês de fevereiro de 2024, obtidos junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe/UFSCar), observa-se que 66,54% de seus servidores possuem até 15 anos de permanência, sendo 69,86% dentre os docentes e 61,97% dentre os servidores técnico-administrativos, percentual este que aponta para uma premente necessidade de registrar a história da Instituição, preservando assim a memória institucional.

Neste escopo, há de se registrar que a pesquisa sobre o patrimônio histórico universitário está cada vez mais ganhando importância. Portanto, levantar, reunir, disponibilizar informações sobre a memória institucional significa dar visibilidade e transparência às suas decisões, às suas ações e às formas de gestão das instituições, resultantes em seu modo de ser, produzir e se apresentar perante a sua comunidade universitária, para o conjunto das demais instituições federais de ensino superior, bem como para a sociedade em geral.

Nesse sentido, considera-se de fundamental importância preservar a memória dessas instituições, nesse caso, da UFSCar, objetivando imediata acessibilidade sobre sua história e trajetória institucional, ao mesmo tempo em que se ampliam os subsídios disponíveis para futuras pesquisas em diferentes áreas de conhecimento correlatas a esta temática, bem como se dá maior visibilidade e transparência a sua respectiva forma de gestão.

Registre-se que a intenção inicial desta pesquisa foi a de realizar um levantamento das decisões tomadas no âmbito dos Conselhos Superiores da UFSCar, em especial pelo Conselho Universitário e do Conselho de Curadores, consideradas históricas do ponto de vista do que elas representaram ou representam, para a UFSCar, para o ensino superior brasileiro, que impactaram a comunidade universitária e a sociedade.

No entanto, considerando o leque de opções que se descortinou durante uma pesquisa exploratória nos arquivos da Secretaria dos Órgãos Colegiados, optou-se por fazer um recorte temático sobre a adesão da UFSCar ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal em 2007, compreendendo as circunstâncias que envolveram sua adesão, buscando as causas das reações internas à expansão da Universidade ao aderir ao Programa, contribuindo assim, com o registro mais fidedigno dos eventos internos ocorridos à época, no recorte temático desta pesquisa, dado que, do ponto de vista da pesquisadora, na qualidade de secretária

do Conselho Universitário, a adesão da UFSCar ao REUNI não foi registrado adequadamente em função do curto tempo entre o lançamento do Decreto, conhecimento e discussão do programa pela comunidade universitária, encaminhamento das propostas de adesão e ainda pelas manifestações internas que ocorriam naquele momento.

As justificativas aqui apontadas remetem para os objetivos, gerais e específicos, os quais se almeja alcançar com a finalização da presente pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

Diante das considerações apresentadas na proposição e justificativa da presente pesquisa, dada a relevância do tema ao trazer o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como um fato histórico, na tentativa de contribuir para a preservação da história e memória da instituição, visando um melhor entendimento do cenário naquele momento, foram traçados os seguintes objetivos geral e específicos

1.2.1 Objetivo Geral

A realização desta pesquisa tem como objetivo geral analisar as reações internas à expansão da Universidade quando do processo de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para operacionalização dos estudos e desenvolvimento do objetivo geral apresentado, foram destacados os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar e registrar sequencialmente os acontecimentos e conflitos ocorridos no processo de adesão da UFSCar ao Programa REUNI;
- b) identificar e compreender o cenário (interno e nacional) no momento de lançamento do Programa REUNI pelo governo federal; Ok

- c) contribuir para o registro da história e preservação da memória da Instituição.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação é estruturada em sete seções, sendo a primeira seção a introdução ao estudo abordado no qual o tema é apresentado, as justificativas e motivações para escolha do mesmo, e os objetivos gerais e específicos traçados para a pesquisa. A seção 2 apresenta os procedimentos metodológicos escolhidos e os instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa para construção dos resultados, buscando contemplar os objetivos delimitados para a pesquisa. A seção 3 é dedicada aos conceitos e fundamentos do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). A seção 4 trata dos aspectos conceituais sobre memória e memória institucional. A seção 5 apresenta uma breve contextualização da trajetória da Educação Superior no Brasil, as políticas voltadas para a mesma, abordando sucintamente os antecedentes sociopolíticos e os movimentos relacionados à expansão do ensino superior no país. A seção 6 apresenta os resultados de como ocorreu a adesão do REUNI na UFSCar. A seção 7 apresenta as considerações finais do trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta o percurso metodológico e instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa na construção dos resultados deste trabalho, buscando contemplar os objetivos da pesquisa aqui delimitados, relativos ao processo de adesão da UFSCar ao Programa REUNI, buscando as causas das reações internas à expansão da Universidade.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Nas pesquisas científicas, a metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato, do fenômeno (Zanella, 2009).

Para Eco (2005) a definição da metodologia de um projeto acadêmico está diretamente relacionada ao tema da pesquisa que se deseja realizar. Assim, são apontadas as regras a seguir especificadas, relacionadas à escolha do tema de pesquisa: 1) que o tema responda aos interesses do candidato; 2) que as fontes de consulta sejam acessíveis, isto é, estejam ao alcance material do candidato; 3) que as fontes de consulta sejam manejáveis, ou seja, estejam ao alcance cultural do candidato; e 4) que o quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do candidato.

Com base nessas definições metodológicas, o tema desta pesquisa foi escolhido por se tratar de assunto conhecido, de interesse acadêmico e profissional, em que as fontes a que se recorreu na pesquisa são plenamente conhecidas e disponíveis.

Vale ressaltar que a pesquisadora enquanto servidora técnica-administrativa da UFSCar, na qualidade de secretária do Conselho Universitário, participou de todo o processo de discussão para adesão e implantação do REUNI na Universidade, como observadora participante do processo, justificando assim, o lócus de coleta de dados para realização da pesquisa.

Considerando que a escolha de um tipo de pesquisa depende basicamente da pergunta a ser respondida, esta pesquisa foi classificada quanto à sua natureza, seus objetivos, sua abordagem e procedimentos.

Quanto à natureza, a pesquisa se classifica como aplicada. Quanto aos seus objetivos, com base na tipologia utilizada por Gil (2002), as pesquisas podem ser classificadas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

Assim, para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pela pesquisa descritiva e explicativa. De acordo com Gil (2002) uma pesquisa descritiva busca descrever as características ou peculiaridades de determinada população ou fenômeno sendo possível estabelecer relações entre as variáveis, enquanto que na pesquisa explicativa a preocupação central é identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos; considera ser o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade; pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos (Gil, 2007).

Quanto ao método e a forma de abordar o problema, adotou-se para classificação desta pesquisa a abordagem qualitativa, uma vez que os resultados da pesquisa considera a percepção dos indivíduos envolvidos, os conflitos observados em campo e dos aspectos subjetivos identificados (Gil, 2002).

Richardson *et al.* (2007) define que a pesquisa qualitativa se caracteriza, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Este tipo de análise tem por base conhecimentos teóricos-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

Quanto aos procedimentos adotados para a coleta de dados para caracterização da pesquisa, considerando a delimitação do estudo, a busca pela temática abordada neste trabalho se deu por meio de levantamento bibliográfico relacionado ao tema memória e a adesão da UFSCar ao Programa REUNI.

Marconi e Lakatos (2001) relatam que a descrição do que é e para que serve a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida por meio dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de um campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Para Cervo e Bervian (1996), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema partindo de referências teóricas já publicadas em documentos. Realizada tanto de forma independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental,

a bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

No entanto, considerando que a pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, cuja diferença está nos materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, segundo Gil (2002), este trabalho se utilizou também da pesquisa documental.

Como estratégia, de acordo com as definições apresentadas por Gil (2002), o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu conhecimento amplo e detalhado, com diferentes propósitos, dentre eles: “preservar o caráter unitário do objeto estudado” e “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (Gil, 2002, p. 54). Assim, nesta pesquisa será utilizado o estudo de caso.

2.2 ESTUDO DE CASO

Segundo Gil (2002), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados; no entanto, “é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (Yin, 2001, *apud* Gil, 2002, p. 54).

No âmbito das ciências sociais, Gil (2002, p.54) descreve a crescente utilização do estudo de caso com diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causas de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Aponta ainda, que, “os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas

sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (Gil, 2002, p. 55).

Mendonça (2014), descreve com base na definição de Yin (2005), que o estudo de caso é uma investigação empírica que objetiva investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, em especial quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Yin (2005, *apud* Mendonça, 2014, p.54):

Esclarece que, a investigação de estudo de caso, enfrenta uma situação tecnicamente única, em que haverá mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado disso, beneficiar-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Com base nas definições, o estudo de caso consiste em uma investigação minuciosa de uma ou mais organizações ou grupos, objetivando prover uma análise do conjunto e dos processos envolvidos no fato analisado.

A investigação de estudo de caso é caracterizada como uma das maneiras de fazer pesquisa em todas as áreas: experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos são alguns exemplos de maneiras diferentes para a realização de uma pesquisa. Contudo, cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens, dependendo das seguintes condições: [...] tipo de questão da pesquisa, o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos, o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos [...] (Yin, 2005, *apud* Mendonça, 2014, p.54).

Dentre as vantagens do método do estudo de caso, verifica-se “o fato de que se pode obter inferência do estudo de todos os elementos que envolvam uma entidade completa, em vez de o estudo de vários aspectos selecionados” (Mendonça, 2014, p. 58).

Dessa forma, considerando a abrangência da utilização do estudo de caso, o qual pode ser aplicado em várias situações, e por reunir vantagens de vários métodos, foi possível observar que o estudo de caso se transformou na estratégia de pesquisa preferida dos investigadores dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo.

Com base na classificação, a coleta de dados para realização da presente pesquisa, visando análise das reações internas à expansão da Universidade quando

do processo de adesão ao REUNI, se deu exclusivamente pela via documental, com dados obtidos a partir dos registros de diversos documentos que deram origem ao REUNI, publicados pelo Governo Federal, pela UFSCar, como relatório anual de atividades, Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar (PDI 2002-2004), proposta da UFSCar para adesão ao REUNI e outros, disponíveis em sites oficiais das respectivas instituições, da documentação física de posse da Secretaria dos Órgãos Colegiados, SOC/UFSCar, além da documentação exarada pelo Conselho Universitário por ocasião da adesão ao REUNI, como atas, deliberações e áudio das reuniões. Também foram analisados materiais impressos e/ou manuscritos relacionados a manifestação de entidades nacionais e das entidades representativas da comunidade da UFSCar com relação ao Programa.

3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Para Palácios *et al.* (2001), a expressão “ciência, tecnologia e sociedade” define um âmbito de trabalho acadêmico cujo objeto de estudo é constituído pelos aspectos sociais da ciência e tecnologia, tanto no que concerne aos fatores sociais que influenciam as mudanças científico-tecnológicas, quanto no que se refere às consequências sociais e ambientais.

Mas a abordagem da CTS passa antes pelo entendimento dos termos ciência, tecnologia e sociedade como propõe Palácios *et al.* (2001). Em tempos de proliferação de informações sobre os benefícios ou sobre os malefícios da ciência, não fica claro qual é o papel dela na sociedade. Soma-se a isso, a incapacidade de os formadores de políticas públicas promoverem a apropriação das ciências pela sociedade.

Em termos acadêmicos, disciplinas como filosofia, história e sociologia estão mais empenhadas nas definições de ciência e as relações com a sociedade por meio de um conjunto de aspectos relacionados com o método científico, o processo de mudanças e desenvolvimento da ciência e a ligação entre a experimentação, observação e construção da teoria - alguns cientistas consideram este último aspecto como a verdadeira ciência (Silva, 2021).

A sociologia da ciência apresenta duas concepções para a ciência. A concepção tradicional foi desenvolvida pelos pensadores do Círculo de Viena e se constituiu em um importante movimento intelectual que surgiu em 1920, a partir da nomeação de Moritz Schlick como professor de Filosofia da Ciência na Universidade de Viena (Palácios *et al.* 2001, *apud* Silva, 2021).

As reflexões do grupo versavam sobre a importância da lógica, linguagem matemática e física teórica na construção de teorias científicas, em que as proposições fatuais são o fundamento de todo saber, ou seja, o conhecimento partindo *de* uma observação dos fatos; aquilo que não pode ser verificado é considerado desprovido de sentido; o que consiste no Princípio da Verificabilidade (Schlick, 1975, *apud* Silva, 2021).

De acordo com a concepção tradicional, a ciência é vista como uma entidade autônoma, objetiva, neutra e baseada na aplicação de um código de racionalidade sem qualquer tipo de interferência externa, o denominado Positivismo Lógico,

conforme apresenta Palácios *et al.* (2001). Nessa concepção, o desenvolvimento científico é denominado Método Científico, de caráter indutivo.

Em contrapartida à escola tradicional e ao Positivismo Lógico e, a partir de orientações construtivistas, surge o chamado Programa Forte. De acordo com Palácios *et al.* (2001), no Programa Forte a ciência é apresentada como um processo social e uma grande variedade de fatores não epistemológicos (políticos, econômicos, ideológicos, em resumo, o contexto social) que se acentuam na explicação de origem, na mudança e na legitimação das teorias científicas.

Para Bloor (2009), o chamado Programa Forte na sociologia do conhecimento é definido em quatro princípios fundamentais: da causalidade, da imparcialidade, da simetria e da reflexividade:

1. Ela deverá ser casual, ou seja, interessada nas condições que ocasionam as crenças ou os estados de conhecimento. Naturalmente, haverá outros tipos de causas além das sociais que contribuirão na produção da crença.
2. Ela deverá ser imparcial com respeito à verdade e à falsidade, racionalidade e irracionalidade, sucesso ou fracasso. Ambos os lados dessas dicotomias irão requerer explicação.
3. Ela deverá ser simétrica em seu estilo de explicação. Os mesmos tipos de causa deverão explicar, digamos, crenças verdadeiras e falsas;
4. Ela deverá ser reflexiva. Seus padrões de explicação terão que ser aplicáveis, a princípio, à própria sociologia. Assim como a condição de simetria, essa é uma resposta à necessidade da busca por explicações gerais. É uma óbvia condição de princípio, pois, de outro modo, a Sociologia seria uma constante refutação de suas próprias teorias (Bloor, 2009, p. 21).

A partir de meados do século XX, novos enfoques surgem; falar ou definir ciência não é uma tarefa fácil, concluem Palácios *et al.* (2001) e o termo tecnologia passa por conceitos como Prática Tecnológica, Conhecimento Tecnológico, Filosofia da Tecnologia e a Avaliação da Tecnologia. Vários autores trabalharam na definição do termo. Cupani (2004) apresenta três autores com definições filosóficas distintas para a tecnologia: para Mario Bunge⁶, a tecnologia consiste na produção de algo artificial, o artefato, que não precisa ser necessariamente uma “coisa”, podendo se tratar da modificação ou transformação do estado de um sistema natural; para Albert

⁶ Mario Augusto Bunge é físico, filósofo da ciência e humanista argentino, defensor do realismo científico, do sistemismo e da filosofia exata. Fonte: InfoEscola.

Borgmann⁷, a tecnologia é modo tipicamente moderno de o homem lidar com o mundo, um padrão característico da existência, intrínseco à vida cotidiana; e por fim, Andrew Feenberg⁸, concorda com o enfoque de Borgmann, mas acredita no emprego da tecnologia como forma de dominação social.

De volta ao Positivismo Lógico, o conhecimento científico era visto como um processo progressivo e acumulativo, articulado por meio de teorias cada vez mais amplas e precisas que iam sobrepondo e substituindo a ciência do passado. Por esse motivo, não poderia haver determinada tecnologia sem uma teoria científica que lhe respaldasse. Ou seja, a ciência aplicada.

Em Palácios *et al.* (2001), em sua visão de sociologia, a tecnologia é definida como o conjunto dos conhecimentos próprios de um ofício mecânico ou arte industrial, ou também como o conjunto dos instrumentos e procedimentos industriais de um determinado setor ou produto. É a imagem convencional, cuja elaboração se deu por meio de regras fixas ligadas às leis das ciências físico-químicas que se manifestam em máquinas como automóveis, telefones e computadores. O tecnológico seria relativo à moderna produção de bens materiais que a sociedade demanda.

Há que se considerar a diferenciação dos termos ‘técnica’ e ‘tecnologia’. Para Palácios *et al.* (2001), a ‘técnica’ se refere a procedimentos, habilidades, artefatos, desenvolvidos sem ajuda do conhecimento científico; a ‘tecnologia’ é utilizada para se referir a sistemas desenvolvidos levando em consideração o conhecimento científico. A tecnologia pode ser definida como uma coleção de sistemas desenhados para realizar alguma função; a tecnologia como sistemas e não só como artefatos, para incluir tanto instrumentos materiais, como tecnologias de caráter organizativo.

A educação é um exemplo claro de tecnologia de organização social. O tecnológico não é somente o que transforma e constrói a realidade física, é também aquele que transforma e constrói a realidade social.

Pode-se afirmar que o conhecimento tecnológico é formado pelo conhecimento teórico e pelo conhecimento tácito (habilidades técnicas). As visões

7 Albert Borgmann é filósofo nascido na Alemanha, especializado na filosofia da tecnologia. É professor de filosofia na Universidade de Montana. Fonte: Wikipédia

8 Andrew Feenberg é filósofo americano. Seus principais interesses são filosofia da tecnologia, filosofia continental, crítica de tecnologia e estudos de ciência e tecnologia. Atua na Universidade Simon Fraser, em Vancouver. Fonte: Wikipédia

tradicionais filosóficas, da engenharia e da humanística, têm teorizado de modo distinto a natureza da tecnologia e sua relação com o ser humano, mas em comum a todas as visões, como afirmam Palácios *et al.* (2001), tem-se que a tecnologia é uma projeção do ser humano em seu entorno.

Trata-se, em última instância, de desenvolver formas de convivência com a tecnologia no mundo atual, corrigindo os erros do passado como o expressado no Movimento Ludita⁹, por exemplo.

Os conceitos de sociedade, seus tipos, sua formação e a melhor forma de organização social são bem mais complexos do que os conceitos de ciência e de tecnologia, como apontam Palácios *et al.* (2001). Etimologicamente falando, a origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa associação amistosa com outros.

Na visão sociológica, a sociedade pode ser considerada como sendo um sistema. Ou seja, a sociedade se constitui em um sistema social, em que as ações de várias pessoas se inter-relacionam significativamente (Silva, 2021).

A maioria das análises teóricas da sociologia ou da filosofia social associam a sociedade como algo tanto procedente de nossa natureza como algo convencional sujeito a modificações. A maioria dos autores considera o desenvolvimento tecnocientífico como um elemento fundamental para classificar os diferentes tipos de sociedade, as quais podem ser definidas pelo seu desenvolvimento tecnocientífico, pela sua percepção da tecnociência e sua relação com ela (Silva, 2021).

Diferentes teorias explicam os mecanismos da mudança social. A sociologia mantém posição que aponta diferentes fatores para justificar estas mudanças. Camargo (2011) apresenta uma definição mais geral de *sociedade*, que pode ser resumida como um sistema de interações humanas culturalmente padronizadas. Assim, tanto é um sistema de símbolos, valores e normas, como também um sistema de posições e papéis. Em outras palavras, é uma rede de relacionamentos sociais.

Para Camargo (2011) no debate filosófico, Durkheim, Marx e Weber conceituaram de maneiras diferentes a definição de sociedade. Cada um definiu a

9 Movimento social ocorrido na Inglaterra entre os anos 1811 e 1812. Contrários aos avanços tecnológicos, os ludistas protestavam contra a substituição da mão-de-obra humana por máquinas. O nome do movimento deriva de um de seus líderes, Ned Ludd. Fonte: InfoEscola.

constituição da sociedade a partir do papel político, social ou econômico do indivíduo.

Palácios *et al.* (2001) comentam que a sociedade atual vive imersa em um mundo onde praticamente tudo o que a rodeia é produto da ciência e da tecnologia. Nessa sociedade ocorre um fenômeno ubíquo que permite caracterizá-la: o risco. A sociedade corre riscos que estão associados com o uso de artefatos tecnocientíficos. Tal situação, a magnitude dos riscos e a natureza deles, fazem necessário o desenvolvimento de enfoques éticos como o princípio da responsabilidade.

Com a efervescência do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, em meados do século XX, a sociedade foi incitada para um olhar mais criterioso, que passou a perceber que o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico não conduzia, linear e automaticamente, ao desenvolvimento do bem-estar social (Auler; Bazzo, 2001).

Com a preocupação com o meio ambiente, os resultados das recentes guerras, a disputa armamentista com o desenvolvimento de bombas químicas e nucleares, oriundos do desenvolvimento científico e tecnológico, mas desvinculados do desenvolvimento e do bem-estar social, passou-se então as críticas à visão linear de ciência. Com o entendimento que a ciência não é neutra e que o seu desenvolvimento influencia diretamente na vida da sociedade e ao meio ambiente, as discussões na época se intensificaram buscando investigar as dimensões sociais da ciência e tecnologia dando início ao novo movimento denominado Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Os estudos envolvendo CTS, com marcos temporais nas décadas de 1960 e 1970, surgem como uma forma de contestação à concepção herdada da ciência e da tecnologia. As obras de Thomas Samuel Kuhn e de Rachel Carson são apontadas como precursoras do movimento ou, pelo menos, como síntese do pensamento da sociedade em relação à ciência na década de 1960 (Auler; Bazzo, 2001).

Os estudos CTS buscam compreender a dimensão social da ciência e tecnologia, tanto pelo que diz respeito aos fatores de natureza social, política ou econômica que modulam as mudanças científico-tecnológicas, como pelo que diz respeito às repercussões éticas, ambientais ou culturais dessa mudança.

Com o entendimento das consequências negativas advindas de CT sobre a sociedade e a busca por políticas e decisões mais democráticas e de cunho mais social evidenciam uma ruptura com a ideia de que CT são a solução de todos os problemas, dando início ao modo diferente de compreender, gerir e aplicar CT, com destaque à participação da sociedade.

Revisando a abordagem de Luján López (1996) e outros autores no livro *Ciencia, Tecnología y Sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología*, Auler e Bazzo (2001, p.2), confirmam essas observações destacando que:

Passou-se a postular algum controle da sociedade sobre a atividade científico-tecnológica. Um dos objetivos centrais desse movimento consiste em colocar a tomada de decisões em relação à C&T num outro plano. Reivindicam-se decisões mais democráticas (maior número de atores sociais participando) e menos tecnocráticas.

A abordagem CTS se apresenta com caráter crítico em relação à tradicional imagem essencialista da ciência e tecnologia e de caráter interdisciplinar por concorrer em disciplinas como a filosofia, história das ciências e tecnologia, sociologia do conhecimento científico, teoria da educação e economia das mudanças tecnológicas. Palácio *et al.* (2001) apontam que os estudos de CTS têm se desenvolvido desde o seu início em três grandes frentes: o campo da pesquisa, como uma atividade científica; o campo das políticas públicas, defendendo a regulação social da ciência e tecnologia; e o campo da educação, com o surgimento de programas e materiais CTS.

Tais direções que seguem os estudos CTS também são apontados por Santos e Ichikawa, (2002); López Cerezzo, (2002); Vacarezza, (2002) no campo da pesquisa: com um novo olhar sobre a sociologia e a filosofia da ciência, primando por uma visão não essencialista e contextualizada dos trabalhos científicos como processos sociais; no campo das políticas públicas: promovendo a compreensão pública da ciência e processos mais democráticos referentes a políticas técnico-científicas; no campo da educação: levando a reflexão da CTS sobre ciência e tecnologia aos programas de ensino secundário e superior.

Nesse sentido, Hayashi, Hayashi e Furnival (2008, p.49), com base em reflexões de López Cerezo (2002), apresentam os estudos do campo CTS e seus

principais representantes, cujo enfoque das Políticas Públicas é de grande interesse para esta pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Estudos do campo CTS e seus principais representantes

Enfoque	Características	Principais Representantes
Pesquisa	Caracterizam-se como alternativa à reflexão tradicional em filosofia e sociologia da ciência, promovendo uma nova visão não essencialista e contextualizada da atividade científica como processo social.	Barnes (1974), Bijker (1987, 1995), Bloor (1998), Collins (1981), B. Latour (1992, 1993), Pickering (1984, 1992), Pinch (1987), Shapin (1985) e Woolgar (1991).
Políticas Públicas	Defendem a regulamentação pública da ciência e tecnologia, promovendo a criação de diversos mecanismos democráticos que facilitem a abertura de processos de tomada de decisão em questões concernentes a políticas científico-tecnológicas.	Durbin (1980, 1987), Carpenter (1997), Fiorino (1990), Krimske (1984), Nelkin (1984, 1987), Rip (1986), Schrader-Frechette (1980-1985), Winner (1979).
Educação	Esta nova imagem da ciência e da tecnologia na sociedade se cristaliza no aparecimento, em numerosos países, de programas e materiais CTS em ensino secundário e universitário. Desdobra-se em: CTS como complemento curricular, CTS como complemento em matérias.	Abad Pascual et al (1997), Alvarez Palácios et al (1996), Quintanilla y Sanchez Ron (1997), Aikenhead (1986), McComas et al (1992), Rubba e Wiesenmayer (1993), Solomon e Aikenhead (1994), Waks (1992,1993), Eager (1992,1992) SaruTiarín e Hronske (1994).

Fonte: Hayashi, Hayashi e Furnival (2008, p.47-49)

O campo CTS é marcado por duas tradições fundamentais. Palácios *et al.* (2001) apresentam o enfoque das duas principais escolas de estudos de CTS, a Escola Europeia que ressalta os aspectos sociais da tecnologia, em contraponto à visão tradicionalista resumida pela equação: +ciência = +tecnologia = + riqueza = +

bem-estar social; e a Escola Americana, centrada nas consequências sociais e ambientais relacionadas ao desenvolvimento científico-tecnológico, sem se esquecer da ética.

3.1 TRADIÇÕES EUROPEIA E NORTE-AMERICANA DO CAMPO CTS

Hayashi, Hayashi e Furnival (2008) sintetizam as reflexões sobre as tradições Europeia e Norte-Americana, conforme reproduzidas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Origens e características das tradições de CTS

Tradição Europeia	Tradição Norte-Americana
Science and Technology Studies – Estudos sobre Ciência e Tecnologia	Science, Technology and Society – Ciência, Tecnologia e Sociedade
Nas suas origens, partiu para a institucionalização acadêmica na Europa; promoveu a ênfase aos fatores sociais antecedentes; deu atenção primordial à ciência e, secundariamente, à tecnologia; assumiu, preferencialmente, um caráter teórico e descritivo; e o seu marco explicativo se configurou nas ciências sociais – sociologia, psicologia, antropologia	Nas suas origens partiu para a institucionalização administrativa e acadêmica nos Estados Unidos; sempre deu ênfase às consequências sociais da ciência e da tecnologia; ao contrário da tradição europeia, deu atenção primordial à tecnologia e, secundariamente, à ciência; o caráter prático e valorativo é o preferencial nesta tradição; e, finalmente, o seu marco de avaliação se prende à ética, à teoria da educação, entre outras.
Programa Forte” da Sociologia do Conhecimento científico, desenvolvido na década de 1970 por autores como Barry Barnes, David Bloor e Steven Shapin, da Universidade de Edimburgo.	O movimento pragmatista norte-americano e a obra de ativistas ambientais como Rachel Carson e E. Schumacher são o ponto de partida deste movimento nos EUA.
Tem como fontes principais [a] sociologia clássica do conhecimento e uma interpretação radical da obra de Thomas Kuhn. Centra-se no estudo dos antecedentes sociais da ciência, realizado fundamentalmente no marco das ciências sociais. Centra-se principalmente no estudo das origens das teorias científicas e, portanto, na ciência mais como processo.	Do ponto de vista acadêmico, o marco do estudo está basicamente constituído pelas humanidades (filosofia, história, teoria política etc.) e a consolidação institucional desta tradição se produziu fundamentalmente através do ensino e da reflexão política. Enfatiza as consequências sociais das inovações tecnológicas, sua influência sobre nossa forma de vida e nossas instituições. Aqui a tecnologia é entendida mais como

	produto.
Tem uma tradição de pesquisa acadêmica, mais do que educativa ou divulgadora.	Tem uma tradição muito mais ativista e profundamente implicada nos movimentos de protesto social desenvolvidos durante os anos 1960 e 1970.
Enfatiza mais os fatores sociais antecedentes, tem um caráter mais teórico e descritivo, prioriza uma ênfase maior na ciência e é marcada mais pelas questões sociológicas, psicológicas e antropológicas.	Enfatiza mais as consequências sociais, tem um caráter mais prático e valorativo, prioriza uma ênfase maior na tecnologia, e é marcada mais pelas questões éticas e educacionais, refletidas nos programas políticos de Technology Assessment.
Atualmente existem diversos enfoques que fixam suas raízes no Programa Forte, por exemplo, o construtivismo social de H. Collins (com seu Programa Empírico do Relativismo), a teoria da rede de atores de B. Latour, os estudos de reflexividade de S. Woolgar, etc. Desde os anos 1980, estes enfoques são aplicados também no estudo da tecnologia como processo social.	Está mais centrada nas consequências sociais (e ambientais) dos produtos tecnológicos, descuidando dos antecedentes sociais de tais produtos. A ciência tem sido objeto de uma reflexão post hoc, como um elemento subordinado ao estudo do desenvolvimento tecnológico.
“Alto clero”	“Baixo clero”

Fonte: Hayashi, Hayashi e Furnival (2008, p.47-49)

Além das duas vertentes CTS tradicionais, Europeia e Norte Americana, alguns autores afirmam que durante os anos 60 e 70 surgiu um pensamento latino-americano que questionava as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

3.2 CTS - O PENSAMENTO LATINO AMERICANO

O pensamento latino-americano de ciência, tecnologia e sociedade, denominado de PLACTS por Dagnino, Thomas e Davyd (1996), foi desenvolvido a partir das críticas ao modelo linear de inovação, à situação da ciência e da tecnologia nos países latino-americanos e às políticas estatais sobre ciência e tecnologia, assim como a partir da intenção de realizar mudanças sociais nestes países (Vacarezza, 2002; Dagnino; Thomas e Davyt, 1996).

Alguns autores, porém, não consideram este pensamento como representante do campo de estudos CTS. Segundo Lópes Cerezzo (2005) o campo

de estudos CTS só chegou à América Latina nas décadas de 80 e 90, por meio de trabalhos acadêmicos feitos em países desenvolvidos, de onde saíram as duas tradições principais sobre CTS. Porém, o autor referencia que nas décadas de 60 e 70 existia nos países da América Latina um pensamento crítico sobre a relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento (Silva, 2015).

Para Dagnino, Thomas e Davyd (1996), a CTS latino-americana com início em meados da década de 60, respondendo a preocupações locais, como a questão do subdesenvolvimento e da dependência tecnológica, além de uma insatisfação por parte da comunidade acadêmica com recomendações feitas por organizações internacionais para a criação de um modelo institucional de desenvolvimento de ciência e tecnologia, o qual estava relacionado com o modelo linear de desenvolvimento (Silva, 2015).

De acordo com Dagnino, Thomas e Davyd (1996), outras explicações, com base em aspectos políticos e históricos locais, são propostas para entender a questão do subdesenvolvimento e da dependência tecnológica dos países da América Latina, superar as limitações do modelo linear de desenvolvimento, além da criação de novos mecanismos para facilitar a análise das mudanças locais e globais, como o desenvolvimento de projetos nacionais, estilos tecnológicos e pacotes tecnológicos. Estes projetos nacionais serviam ao objetivo de superar os obstáculos estruturais encontrados nos países latino-americanos, criando diretrizes que indicariam o caminho a ser seguido pelo Estado para gerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia locais (Dias, 2005, *apud* Silva, 2015).

A CTS latino-americana foi constituída por uma gama de profissionais de áreas como engenharia, física e química, sendo alguns dos autores mais referenciados: Amílcar Herrera, Jorge Sábato, Oscar Varsavsky, José Leite Lopes, Miguel Wionczek, Francisco Sagasti, Máximo Halty Carrere, Marcel Roche e Osvaldo Sunkel (Dagnino; Thomas e Davyt, 1996; Vacarezza, 2002; Dias, 2005; *apud* Silva, 2015).

As obras relacionadas à CTS latino-americana caracterizam-se como uma contraposição à visão otimista relacionada à ciência e à superação da condição de subdesenvolvimento, ao considerar que as relações e processos que ocorrem na atividade científica são permeados por valores sociais e políticos, com caráter relativista a algumas das obras. Como consequência desta visão, percebe-se uma grande diversidade de estratégias e de objetivos a serem alcançados nas propostas

feitas por autores da CTS latino-americana. Um dos principais desdobramentos da CTS latino-americana foi o foco nas políticas de ciência e tecnologia. De acordo com Dagnino, Thomas e Davyd (1996), as proposições feitas nesta área se fundamentaram em quatro pilares: ofertismo, vinculação, transferência de tecnologias e autonomia restringida. Condizente com o modelo econômico e de industrialização da época, as políticas de ciência e tecnologia propostas por alguns governos da América Latina respondiam de uma forma ou de outra ao cenário no período, tentando superar a condição de dependência e desenvolver uma base científica e tecnológica local (Silva, 2015).

Para Vaccarezza (2002), a complexidade do campo CTS na América Latina advém de suas diversas correntes e apresenta como principais: a continuação da linha de inovação tecnológica; a integração dos temas de sociologia do conhecimento científico em estudos laboratoriais e aplicações tecnológicas para questões de um ponto de vista construtivista; os estudos históricos ou de experiências atuais com ênfase na região; os estudos sobre a utilização de conhecimentos científicos ligados, principalmente, a centros de pesquisa e empresas; as reflexões sobre política científica; e a medição da atividade científica e tecnológica a partir de indicadores (Alves, 2010).

Ao analisar a CTS latino-americana, Dagnino, Thomas e Davyt (1996), informam que, por sua diversidade ideológica e de métodos, este pensamento não formou uma metodologia de análise teórica forte em termos de conjunto das teorias feitas, mesmo que a constituição de uma teoria única não figurasse entre os objetivos da CTS latino-americana. Outra característica elencada foi a ausência de herança de uma escola própria, que provavelmente esteja relacionada ao fato da 'teoria da dependência' não responder mais ao contexto político e econômico dos anos posteriores ao surgimento da CTS latino-americana, levando as obras a ficarem presas a um contexto histórico anterior (Silva, 2015).

Em resumo, percebe-se que a CTS latino-americana apresenta um caráter diferenciado em sua estruturação, em suas questões e em suas teorias quando comparado às tradições CTS europeia e norte-americana. Sua relação com a sociedade se apresenta em um contexto do desenvolvimento social e de políticas de ciência e tecnologia, centrado em reflexões sobre o subdesenvolvimento da América Latina.

4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE MEMÓRIA

A palavra memória origina-se do Grego "mnemis" ou do latim, "memoria". Em ambos os casos a palavra refere-se ao significado de conservação de uma lembrança. Para os gregos a memória estava recoberta de um halo de divindade, pois referia-se à "deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as artes e a história" (Chaui, 2005, p. 138).

Para Chaui (2005, *apud* Carneiro, 2009) a memória é uma evocação do passado; é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando de sua perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e que jamais retornará.

Trata-se de um termo presente e utilizado por várias ciências sendo absorvida pelas novas correntes historiográficas (Carneiro, 2009).

O termo memória pressupõe a possibilidade de abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de várias outras áreas que já se dedicaram ao tema, devido às características e demandas de conhecimento da sociedade, a qual, desde os seus primórdios tenta preservar sua história. No início de forma oral, seguida de inscrições em cavernas, de registros a partir da utilização da escrita, da revolução tecnológica, da prensa de Gutenberg, da explosão documental e atualmente do ciberespaço.

Figueiredo (2014) comenta que caso não houvesse um modo de armazenar as representações do passado na mente, nossa história talvez nunca tivesse existido e nossas experiências não poderiam ser compartilhadas.

Para Crippa (2010, *apud* Santos; Valentim, 2021), a memória propicia o regaste de algo pertencente ao passado, comparando-o aos dados do presente, proporcionando a preservação de determinadas informações essenciais para a experiência individual e a produção de conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica. A memória é o único instrumento por meio do qual as ideias e as palavras podem ser reunidas e consideradas uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural.

Para Halbwachs (1990, *apud* Figueiredo, 2014) a principal função da memória, como sendo uma imagem compartilhada do passado, é a de promover uma relação mais próxima entre os membros de um grupo a partir do seu passado coletivo, ao mesmo tempo que potencializa os valores e as características predominantes do grupo ao qual as memórias se referem.

Halbwachs (1990, p. 34) afirma que:

Para que nossa memória seja auxiliada com as dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos, é necessário que ela não tenha cessado de concordar com as memórias do grupo e que haja bastante pontos de contato entre uma e outra, para que as lembranças que nós recordamos possam ser reconstruídas sobre um fundamento comum.

Halbwachs (2013, *apud* Ramalho, 2022, p. 34) aponta que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. Na categoria de “memória coletiva” de Halbwachs, a memória deixa de ter apenas a dimensão individual; as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, de maneira que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Para Bergson (2011, *apud* Santos; Valentim, 2021, p. 218):

A memória é considerada um dos instrumentos por meio do qual as ideias e as palavras podem ser reunidas, fugindo ao império do imediato, pois imprime as direções do tempo e propicia uma continuidade social. Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção de conhecimento, ou seja, é considerada uma ferramenta de construção social.

Conseqüentemente, a memória torna-se uma temática complexa que ora possui teorias discordantes, ora complementares, com característica ubíqua, uma vez que está em toda parte ao mesmo tempo, sendo composta de memórias individuais, coletivas e sociais que possuem conceitos complexos (Santos; Valentim, 2021, p. 215).

4.1 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Segundo o Arquivo LAB, a memória institucional ainda é um conceito pouco conhecido e se constitui em um trabalho de organização, preservação e acesso que

também, pode ser uma ferramenta para gestão, tomada de decisões e fortalecimento da identidade da instituição.¹⁰

De acordo com Izquierdo (2002, *apud* Santos; Valentim, 2021, p. 216):

‘somos aquilo que recordamos’, e isso se aplica às organizações e instituições, uma vez que elas são o que conseguem recordar e reter, pois a falta de lembranças e de estruturação da memória podem fazer com que informações e conhecimentos potencialmente competitivos ou legitimados se percam.

Para Santos e Valentim (2021), as instituições em si não possuem memória, são os sujeitos que as constroem e validam coletivamente como bem social, pois as experiências, ações e conquistas em benefício da construção da sociedade institucionalizam-na e a perpetuam. “Nessa perspectiva, a memória institucional é o reflexo da trajetória social e histórica nos âmbitos interno e externo da instituição, mas que advém da sociedade” (Santos; Valentim, 2021, p. 222).

Para Thiesen (2013, *apud* Mendonça; Pinho, 2016, p.94):

o conceito de memória institucional não é simples, antes é preciso estabelecer as diferenças entre organização e instituição e buscar entendimento do processo de institucionalização das relações sociais porque as instituições são feitas de práticas sociais que não podem ser ignoradas. Para ela, o importante na formação do conceito de memória institucional é poder perceber os aspectos instituintes e o caráter formalizador de realidades.

Em Santos; Lima (2014, *apud* Ramalho, 2022, p.36):

A Memória, como processo, tem uma múltipla capacidade de interferir em universos políticos, sociais, culturais e institucionais. Ela se articula às noções de História que atuam como processo e como narrativa escrita. Logo, a Memória Institucional passa a ser uma espécie de liga que combina, ao mesmo tempo, Memória e História a partir de um dado contexto que definimos como institucional, isto é, o campo da institucionalização de práticas oriundas de instituições de ensino universitário na esfera pública.

¹⁰ Arquivo LAB. Memória Institucional. 20 Jul 2020. Medium. Disponível em: <https://arquivolab.medium.com/memoria-institucional-4d159fb4997>. Acesso em: 23 jan 2024.

Para Nassar (2006) o termo memória institucional remete à ideia de legitimidade, criação e identidade, pois se conecta ao conceito que as empresas têm atualmente de que identidade e reputação constituem a memória.

Moreno, Lopes e Di Chiara (2011, p.4), comentam que:

As instituições quando expõem a sua memória têm a oportunidade de resgatar sua imagem perante a comunidade, notadamente como é o caso de instituições de ensino, que sempre trazem grandes impactos para as sociedades nas quais estão inseridas. Normalmente, as temáticas tratadas partem de uma contextualização cultural e socioeconômica, de modo a inserir a instituição no seu tempo e lugar, pois visam explicar o sentido das trajetórias narradas.

A preservação da memória nas instituições normalmente ocorria com a criação de locais específicos, mas por motivos diversos (financeiros, de gestão, falta de planejamento), esses setores acabavam sendo desativados e, em consequência, a memória da instituição era depositada em galpões ou locais inacessíveis ao público interno e externo. Com a conscientização da importância da preservação da Memória Institucional as instituições passaram a perceber que era necessário promover mudanças organizacionais sem perder a sua identidade (Rueda; Freitas; Valls, 2011).

Foi na década de 1970 em que se verificou um movimento de valorização da Memória Institucional, a qual começou a ser tratada de forma mais sistemática, como reflexo dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória, em que se percebeu que, para crescer era importante registrar e preservar sua memória. No Brasil, os primeiros trabalhos que podem ser caracterizados como memória institucional são da década de 1960, os acadêmicos estavam interessados em refletir sobre a estrutura/evolução industrial brasileira, buscavam compreender a relação entre os aspectos econômicos, ideologia e estrutura paternalista das instituições (Gagete; Totini, 2004, *apud* Rueda; Freitas; Valls, 2011, p. 85).

Além da preocupação com a produção de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, entendeu-se que a memória institucional deveria refletir os processos vivenciados nas instituições de maneira mais transparente, refletir seus erros e acertos, conforme Nassar (2007a):

A empresa que tem a intenção de se perpetuar no mundo de hoje, com vistas para o futuro, deve inescapavelmente legitimar suas atitudes, ações, posturas e, especialmente, ter consciência e dar conhecimento dos impactos de suas atividades no passado, no presente e no futuro em diferentes níveis, do comercial ao social. Aquela historinha mal-contada ou a varrida do lixo para debaixo do tapete, já não são aceitas e colocam qualquer organização em risco (Nassar, 2007a, p.1).

Mas foi na década de 1980 que a memória institucional passou a ser tratada de forma mais acentuada em Centros de Memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior predominância em instituições acadêmicas. Motivados por fatores como o fim da ditadura, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e o início do acesso às revoluções tecnológicas, iniciou-se o interesse pelo resgate às informações, objetivando conhecer a história do país e disponibilizar as informações de forma organizada e transparente à sociedade.

Dessa forma, a memória institucional tem sido considerada como peça estratégica para as Instituições, no que diz respeito à sua administração e comunicação com a sociedade, porém ressalta-se que a escassa literatura sobre o tema demonstra a necessidade de mais estudos para que se possa construir uma forma mais abrangente deste conhecimento.

4.2 A UNIDADE MULTIDISCIPLINAR DE MEMÓRIA E ARQUIVO HISTÓRICO DA UFSCAR - UMMA

A criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar - UMMA, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário em 17 de fevereiro de 2017, e lavrada em ato oficial do colegiado, Resolução ConsUni nº 870. Em sua criação, além de refletir um projeto institucional gestado ao longo do tempo por pessoas preocupadas com a preservação da memória da UFSCar, o mesmo se fez necessário para atender as prerrogativas legais e normativas, mas principalmente para salvaguardar a memória institucional da Universidade, face às grandes perdas ocorridas anteriormente, além de contribuir com a identificação do valor histórico, salvaguardar e tornar acessível o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos, 2023b).

A criação da Unidade decorreu de uma discussão acumulada, dentre os quais pode-se citar o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar, PDI-2004, contemplando o tema memória institucional, fortalecido no PDI de 2013. Posteriormente em 2010 com a realização do 1º Seminário de Informação e Memória; em 2015 com a proposição do Plano de Cultura da UFSCar, incluindo a temática memória como eixo central. Com a criação de grupos de trabalho multicampi, estes se articularam e puderam verificar os anseios da comunidade da UFSCar quanto a urgente necessidade de criação de um espaço com a finalidade de garantir o registro, a guarda, a organização e o acesso à memória científica, acadêmica, extensionista e administrativa, bem como o patrimônio cultural da UFSCar, além das demandas no âmbito de diversas unidades para organização de seus arquivos (Universidade Federal de São Carlos, 2017)

Como proposta de estrutura e funcionamento da UMMA, em 2018 foi instituído um grupo de trabalho, o GT-UMMA, que na sequência se estruturou em sub-grupos de trabalho para integração de outros profissionais da comunidade interna e externa, na medida em que houvesse necessidade, em função das especificidades técnicas exigidas no desenvolvimento do projeto de implantação. Assim, a partir de experiências acumuladas e de contribuições de estudos (mestrado e doutorado), foi elaborada uma proposta de estruturação da UMMA (Universidade Federal de São Carlos, 2023b).

Há de se registrar a existência anterior da Unidade Especial de Informação e Memória da UFSCar (UEIM), unidade especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Centro de Educação e Ciências Humanas, CECH/UFSCar, criada em 1998, com a finalidade primordial de preservar a “memória histórica, social e cultural brasileira, em especial de São Carlos e região, bem como da área de Ciências Humanas da UFSCar” (Universidade Federal de São Carlos, 2011).

A UEIM acolhe em seu espaço um acervo diversificado de documentos como arquivos privados, fundos públicos, dossiês, fotografias, acervo bibliográfico, objetos tridimensionais, obras de arte, artesanato, filmes, microfilmes, partituras, CD's, vinis, biblioteca de apoio, teses e dissertações, entre outros. Ou seja, esse acervo é composto, em outros termos, por documentos audiovisuais, bibliográficos de cunho histórico, arquivísticos, cartográficos, cinematográficos, documentos iconográficos, micrográficos e museológicos, entre outros (Prado, 2018; *apud* Ramalho, 2022).

A UEIM, oriunda do antigo Arquivo de História contemporânea da UFSCar, com atividades iniciadas ainda na década de 1980, quando de sua desativação, parte dos documentos foram para a UEIM e os documentos relacionados a cidade de São Carlos foram encaminhados para a Fundação Pró-Memória de São Carlos (Ramalho, 2022). Tal Fundação, criada pela Lei Municipal nº 10.665, de 12/07/1993, tem por finalidade preservar e difundir o patrimônio histórico e cultural do Município de São Carlos. Dentre as atividades desenvolvidas pela Fundação estão: reunir, conservar e disponibilizar o conjunto de seus documentos originários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de outros advindos da administração pública direta e indireta, como também de fundos e coleções particulares, de reconhecido valor histórico e cultural, catalogar, inventariar e pesquisar os bens patrimoniais materiais e imateriais de São Carlos¹¹.

Com a proximidade da comemoração dos 50 anos de atividade da UFSCar, em 2020, se intensificou a necessidade de recuperação de sua história e memória; ocasião em que se intensificou também as demandas por cuidados com os arquivos das unidades funcionais (Ramalho, 2022).

No entanto, foram poucas as iniciativas sistemáticas ou contínuas que tivessem por finalidade fomentar alguma preservação concreta da história da UFSCar, embora seja possível identificar a pretensão de fomentar essas iniciativas e de instituir instrumentos e mecanismos de preservação da história e da memória institucional em documentos e iniciativas precedentes. A criação da UMMA foi uma importante ação que vai ao encontro do anseio de buscar, registrar e preservar tudo aquilo que possa ajudar a documentar a história institucional e as memórias das pessoas da comunidade UFSCar em qualquer período dessa trajetória (Moretti, 2020, *apud* Ramalho, 2022).

¹¹ Fundação Pró-Memória São Carlos. Disponível em: https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=112. Acesso em: 24 fev 2024.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A partir da revisão bibliográfica, esta seção tem por objetivo contextualizar a trajetória da Educação Superior no Brasil, as políticas voltadas para a mesma, abordando sucintamente os antecedentes sociopolíticos e os movimentos relacionados à expansão do ensino superior no país, culminando no período histórico de maior expansão - 1995 a 2010, com ênfase ao Programa de Apoio e Reestruturação das Universidades, REUNI, lançado pelo Governo Federal em 2007.

5.1 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, UM BREVE HISTÓRICO

Em uma contextualização histórica, a Educação Superior brasileira inicia-se com a vinda da Coroa Portuguesa em 1808, “em contraste com alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial” (Sampaio, 1991, p.1).

A Universidade de São Domingos, na República Dominicana, foi pioneira cuja criação data de 1538, seguida das universidades no Peru (1551) e México (1553). Na América do Norte, a primeira universidade Harvard, surgiu em 1636.

As universidades latino-americanas foram implantadas seguindo os moldes das universidades europeias, com o modelo francês o que mais se identificou; no entanto, a influência europeia aos poucos se enfraqueceu por não haver conciliação entre o ensino profissional e as atividades de pesquisa científica.

Com a forte expansão do ensino superior na América do Norte no século XIX, proporcionando inovação na formação dos cientistas e nos cursos de doutorado habilitando-os para as atividades universitárias e desta maneira se diferenciando do modelo europeu, exerceu pressão nas universidades da América Latina (Rossato, 2005; Wanderley, 2003, *apud* Bortolanza, 2017).

Praticamente todos os países americanos contavam com um sistema de ensino universitário, sendo o Brasil “um dos mais retardatários a implantar a universidade, seja pela falta de interesse da Coroa portuguesa e/ou pelo desinteresse dos detentores do poder no país nesse período” (Bortolanza, 2017, p.2).

Diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar universidades na Europa, ainda no século XIX, foram criadas medidas para instituir o ensino superior no Brasil (Bortolanza, 2017).

Embora já contasse com escolas superiores isoladas, como a Escola de Cirurgia da Bahia (1808) e a Faculdade de Direito de Olinda (1827), somente no século XX, o país instituiu sua primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro, no ano de 1920.

As primeiras escolas superiores, criadas em 1808 perduraram até 1934, com um modelo de ensino voltado na formação de profissões liberais tradicionais, como direito, medicina e engenharias. De 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolveu de forma lenta, no ritmo das raras transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira; no final do século XIX algumas modificações passaram a dar maior ênfase à formação tecnológica (Sampaio, 1991).

No histórico da Educação Superior no Brasil, sobretudo, aos aspectos que envolvem sua relação com o Estado, ocasionando mudanças no formato do sistema de ensino superior brasileiro é possível identificar as datas-chave a seguir relacionadas, as quais referem-se ao processo de transformação política-institucional do país.

Quadro 3 - Datas-chave do processo de transformação política-institucional no Brasil

Datas	Marcos históricos
1808	Com a transmigração da corte portuguesa, o Brasil se eleva à condição de Reino. Início da constituição do núcleo de ensino superior no Brasil, com características principais na orientação para formação profissional e no controle do Estado sobre o sistema.
1889	Proclamação da República e da nova Carta Constitucional; com a abolição da escravidão (1888), a queda do Império e a proclamação da República (1889), o país inicia um período de grandes mudanças sociais, que a educação acabou por acompanhar. A Constituição da República descentraliza o ensino superior, privativo do poder central, aos governos estaduais, permitindo a criação de instituições privadas; como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema, com criação de 56 novas escolas de ensino superior, no período de 1889 a 1918, em sua maioria privadas.
1930	Marca o fim da República Velha com o regime revolucionário de Getúlio Vargas, que dura até 1945. Em 1930, com a fundação do Ministério da Educação e Saúde, foi publicada uma lei definindo como a universidade

	deveria ser, a qual ficou conhecida como “Reforma Francisco Campos”, nome do primeiro Ministro da Educação do país. A implantação das novas universidades ocorrem em meio a um processo extremamente complexo, dado o momento de mudança de regime político, em que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele. No entanto, a universidade da década de 30 representou uma democratização, ainda que relativa, do ensino superior brasileiro.
1968	Sob o regime militar iniciado em 1964, e a instituição do Ato Institucional nº 5 que retira da sociedade sua possibilidade de representação democrática. Em um período de acirramento da repressão política-ideológica no país, a reforma promulgada pelo Governo Federal em 1968, correspondente a uma versão conservadora do projeto proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, incorporando muitas das novas ideias do movimento docente e estudantil, com medidas de efetiva democratização interna e substancial aumento da participação de estudantes e docentes na gestão da instituição. Registre-se que após essa reforma houve estímulo e instalação de grande número de instituições isoladas privadas de ensino superior no país.
1985	É eleito um presidente civil. Nesse mesmo ano tem início os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. A promulgação em 1988 da nova Constituição do Brasil incorporou várias reivindicações relativas ao ensino superior.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos por Sampaio, 1991.

Em cumprimento ao disposto na nova Constituição de 1988, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10172, de 10/01/2001, por um período de dez anos, fixando metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos nessa área, bem como metas para a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis da educação superior (Brasil, 2012b). Dentre as metas, propunha a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década.

Sob a presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Neste mesmo ano foi instituído o Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, com participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira,

visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (Brasil, 2007a, p. 1).

Uma das medidas de maior impacto socioeducacional nesse governo foi ampliar o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, para Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb), abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Para Bittar e Bittar, 2012, p.166:

Além de o Estado investir mais em educação básica com o objetivo de melhorar a sua qualidade, o governo Lula também investiu mais na educação superior pública, especialmente no que diz respeito ao acesso, entendido como estratégia de inclusão de camadas com menor poder aquisitivo, a esse nível de ensino.

No governo Lula foram instituídas uma série de medidas que mudaram o perfil da educação superior, com crescente expansão da educação superior pública, historicamente registrada como a maior expansão ocorrida no país.

Nesse contexto foram estabelecidos os programas de expansão do ensino superior federal, cuja primeira fase, denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007, com principal meta de interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 universidades federais e 148 campus/unidades (Brasil, 2012b).

Na UFSCar, durante a primeira fase do Programa de Expansão das Instituições de Ensino Superior, foram criados o Curso de Medicina no Campus São Carlos (2005) e o terceiro Campus da UFSCar, na cidade de Sorocaba (2006).

Dentre os principais instrumentos legais que buscou atingir a expansão, qualidade e democratização da educação superior no governo Lula, destacam-se:

Quadro 4 - Instrumentos legais de apoio a expansão, qualidade e democratização da educação superior no Brasil

Instrumentos legais	Matérias disciplinadas
Decreto S/N de 20 de outubro de 2003.	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das

	Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (Brasil, 2003).
Proposta Andifes, 2003	Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior, encaminhada pela ANDIFES ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (Andifes, 2003).
Programa de Extensão Universitária (Proext)	Lançamento, em 2003, do Programa de Extensão Universitária (Proext). Com objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social (Brasil, 2014).
Programa de Educação Tutorial (PET) Recuperação, 2003. Fortalecimento, 2006	Recuperação, a partir de 2003, e fortalecimento, a partir de 2006, do Programa de Educação Tutorial (PET). Desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial (Brasil, 2014).
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (Brasil, 2004a).
Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.	Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior (Brasil, 2005b).
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.	Estabelece incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo (Brasil, 2004b).
Decreto Presidencial nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.	Regulamenta a educação a distância como modalidade educacional (Brasil, 2005a).
Decreto Presidencial nº 5.800, de 8 de junho de 2006.	Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País (Brasil, 2006).
Decreto Presidencial nº 6.095, de 24 de abril de 2007.	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (Brasil, 2007b).

Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.	Instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUN (Brasil, 2007c).
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2008a).
Decreto Presidencial nº 7219, de 24 de junho de 2010.	Implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) (Brasil, 2010a).
Decreto Presidencial nº 7234, de 19 de julho de 2010.	Implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Criado com objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES) (Brasil, 2010b).
Redesenho do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	Redesenho em 2010 do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa do MEC destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos (Brasil, 2014).

Fonte: Dados obtidos a partir de pesquisa documental elaborada pela autora. 2024.

Em continuidade ao governo Lula, inserido no contexto de expansão e democratização da educação superior, no governo da presidenta Dilma Rousseff foram instituídas as seguintes estruturas legais:

Quadro 5 - Instrumentos legais de apoio a expansão, qualidade e democratização da educação superior no Brasil, por Dilma Rousseff em continuidade ao governo Lula.

Instrumentos legais	Matérias disciplinadas
Lei nº 12.711/2012. Alterada pela Lei nº 13.409, de 28/12/2016	Dispondo sobre o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial para negros e indígenas, nas instituições federais de educação superior e instituições federais de ensino técnico de nível médio. Posteriormente esta lei foi alterada pela Lei nº 13.409, de 28/12/2016, inserindo a reserva de vagas para pessoas com deficiência. O Projeto de Lei versando sobre as ações afirmativas datava de 2004, PL 3627/2004 (Brasil, 2012a).
Portaria MEC 389, de 09 de maio de 2013	Cria o Programa de Bolsa Permanência. Política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de

	vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior, visando contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados (Brasil, 2013).
Criação do Programa de Bolsa Permanência-PROUNI.	Criação do Programa de Bolsa Permanência-PROUNI. Concedida a estudantes beneficiados com bolsa integral do ProUni, matriculados em cursos presenciais de no mínimo seis semestres de duração e carga horária média superior ou igual a seis horas diárias de aula (Brasil, 2014).
Programa Mais Cultura nas Universidades	Programa Mais Cultura nas Universidades. Lançado em 2014 com a finalidade de apoiar projetos de arte e cultura propostos pelas universidades federais, com foco na inclusão social e no respeito à diversidade cultural (Brasil, 2014).

Fonte: Dados obtidos a partir de pesquisa documental elaborada pela autora. 2024.

O ensino superior no Brasil não só demorou a surgir como também, a se expandir. Até 2002, o país contava com apenas 45 universidades federais e 148 campus concentrados, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2013, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), esse número elevou-se para 63 universidades federais e 321 campus, em 2014, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), os quais construídos principalmente em cidades de médio porte no interior do país, visando a desconcentração regional (INEP, 2015).

De acordo com o relatório da Secretaria de Educação Superior (SESu), apresenta um aumento de 86% no número de matrículas nas universidades federais, no período entre 2003 e 2013, com percentual de crescimento das matrículas, nas regiões Nordeste e Norte, de 94% e 76%, respectivamente, além da ampliação de vagas nos cursos noturnos, beneficiando os estudantes trabalhadores, que subiram de 944.584 para 3,45 milhões (Brasil, 2014).

A construção das universidades no interior do país com novos campi e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ofertou o acesso ao ensino superior público, para jovens e adultos que antes não tinham essa perspectiva em suas vidas.

Tal expansão impactou fortemente as realidades locais. Com a instalação das universidades e, conseqüentemente, de seus alunos, impactou, positivamente,

desde o mercado imobiliário e de materiais de construção, até o setor de serviços, como alimentação e lazer, impulsionando assim, a ampliação de postos de trabalho variados, o que resultou em ganhos para as comunidades onde as instituições se instalaram. A presença das universidades também acarretou aumento da qualificação, refletindo no mercado de trabalho local, tanto pela contratação direta dos profissionais formados, como pela ocupação de outros postos de trabalho por pessoas melhor qualificadas (Bueno, 2023).

A expansão também implicou na contratação de um grande contingente de servidores públicos, com ampliação de vagas para atuação profissional no ensino superior público que democratizou o acesso ao trabalho nas universidades, contribuindo para mudar o perfil dos docentes e técnicos administrativos. Foram contratados docentes com perfis mais diversificados e técnicos com perfis profissionais até então inexistentes nas universidades, atraindo pessoal mais escolarizado e com outras perspectivas profissionais.

Como impacto indireto por meio da formação universitária, houve o fortalecimento de uma consciência crítica e política, resultando em atuações mais diversas na comunidade, com egressos que passaram a ver com outros olhos aspectos da realidade brasileira assumindo funções públicas em seus municípios ou atuando politicamente em organizações da sociedade civil de diversas ordens (Bueno, 2023).

5.2 O PROGRAMA REUNI

A instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI, “resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal” (Brasil, 2012b, p. 10), caracteriza a segunda fase de expansão do governo Lula iniciada em 2003. Dentre as entidades, destacam-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por meio da proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior (Andifes, 2003; Brasil, 2012b), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a

Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

O Programa REUNI, criado pelo Decreto nº 6.096/2007, reuniu esforços para consolidar a política nacional de expansão da educação superior pública, para atendimento ao disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, “em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social” (Brasil, 2008b, p. 3), com meta de provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Nesse contexto, o REUNI teve como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (Brasil, 2007d), além da possibilidade de criação de novos campi no interior do país.

A meta global do Programa foi a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento), e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (Brasil, 2007d).

Ao aderir ao Programa, as universidades se comprometiam a cumprir as diretrizes do Programa elencadas no Art. 2º do Decreto 6.069/2007:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (Brasil, 2007c, p.1)

Com o envio das propostas por parte das instituições, as quais deviam ser aprovadas pelo respectivo conselho superior de cada instituição, o Ministério da Educação (MEC) se incumbia da destinação de recursos financeiros para despesas decorrentes das iniciativas propostas nos respectivos planos, desde que aprovados pelo MEC, por meio de instrumentos próprios (termos de pactuação), de fixação de recursos financeiros e adicionais destinados às universidades, condicionando os repasses ao cumprimento das etapas previamente acordadas.

Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa, em duas chamadas, sendo a primeira chamada (29/10/2007) para implantação do programa no 1º semestre 2008, com adesão de 42 instituições; dentre elas, a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Na segunda chamada (17/12/2007) para implantação do programa no 2º semestre de 2008, houve adesão de outras 11 instituições. A Universidade Federal do ABC (UFABC) criada em 2005, não participou do programa por já adotar as inovações pedagógicas preconizadas pelo Reuni (Brasil, 2008b).

A adesão da totalidade das universidades existentes no ano de criação do REUNI atestou o forte interesse despertado pelo Programa, que indicava, em seu conceito fundador, a ideia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública (Brasil, 2008b).

5.2.1 As Metas do Programa REUNI

O Programa REUNI ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, ao mesmo tempo que congrega esforços para a consolidação da política nacional de expansão da educação superior pública, definida no Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001, ao estabelecer o provimento da oferta da educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (Brasil, 2007d).

Em atendimento ao art. 1º § 2º do Decreto 6096/2007, foi instituído o Grupo Assessor nomeado pela Portaria 552/SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, que

elaborou o documento 'Diretrizes Gerais do REUNI', explicitando as bases de fundamentação do Programa, bem como os parâmetros de cálculo dos indicadores para compor as metas relativas a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

O Grupo Assessor acima mencionado contou com a participação do Prof. Dr. Ricardo Siloto da Silva, docente da UFSCar, que na época ocupava o cargo de Diretor do Escritório de Desenvolvimento Físico, atual Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico, SeGEF, e ex-Pró-Reitor de Administração da UFSCar em gestão anterior.

As instituições federais de ensino superior (IFES) foram então convocadas a apresentarem propostas destinadas à execução de planos de reestruturação e expansão das universidades federais, nos termos do Decreto 6096/2007, por meio da Chamada Pública MEC/SESu 008/2007¹².

Para atendimento à Chamada, as propostas deveriam estar em consonância com as diretrizes constantes do art. 2º do Decreto 6096/2007, as quais foram estruturadas em seis dimensões, sendo cada uma com um conjunto de aspectos específicos, a seguir explicitados (Brasil, 2007d):

1 Quanto às suas dimensões

1.1 Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública:

- aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- redução das taxas de evasão;
- ocupação de vagas ociosas.

1.2 Reestruturação Acadêmico-Curricular:

- revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
- reorganização dos cursos de graduação;
- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
- implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos;

¹² MEC. Chamada Pública MEC/SESu nº 8/2007. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/minutareuni.pdf>. Acesso em: 14 fev 2024.

- previsão de modelos de transição, quando for o caso.

1.3 Renovação Pedagógica da Educação Superior:

- articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
- atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
- previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

1.4 Mobilidade Intra e Inter-Institucional:

- promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

1.5 Compromisso Social da Instituição:

- políticas de inclusão;
- programas de assistência estudantil;
- políticas de extensão universitária.

1.6 Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação:

- articulação da graduação com a pós-graduação: expansão qualitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

2 Meta global do programa para alcançar, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano:

- taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais.
- relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais, RAP.

Os indicadores de desempenho para aferição das metas do programa: taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais (TCG), definida como a relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP), num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (INGs), cinco anos antes, ou seja, $TCG = DIP/INGs$.

Para o cálculo da RAP foram definidos os indicadores relativos às matrículas projetadas em cursos de graduação presenciais (MAT), ao número de docentes com

equivalência de dedicação exclusiva (DDE) e dedução do número de professores devida à pós-graduação (DPG), da seguinte forma: $RAP = MAT/DDE-DPG$, ou seja, relação da matrícula projetada em cursos de graduação presenciais e a medida ajustada do corpo docente.

No cômputo do número de docentes com equivalência de dedicação exclusiva, DDE, utilizou-se a unidade expressa 'professor-equivalente', definida na Portaria normativa interministerial 22, de 30 de abril de 2007¹³, que instituiu em cada universidade federal o banco de professores-equivalente, correspondente à soma dos professores do 3º grau efetivos e substitutos em exercício na universidade.

A referência para cada professor-equivalente foi o professor adjunto nível I no regime de trabalho de quarenta horas semanais, estabelecendo-se fatores para o computo dos docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva, em regime de vinte horas semanais e para os docentes substitutos. Na ocasião, o banco de professores-equivalente da UFSCar, com dados de 31 de dezembro de 2006, ficou estipulado em 1111; esse número de equivalência foi logo alterado com pequeno acréscimo, face às discussões e pleitos ocorridos em fóruns como Fórum de Pró-Reitores de Administração (ForPlad) e Andifes. Com a revisão do banco de professores equivalentes, a UFSCar teve incremento nessas vagas, passando para 1177.

3 Recursos financeiros a serem concedidos (investimentos e custeio previstos).

4 Prazos para apresentação das propostas e encaminhamento por meio de formulário eletrônico específico no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças, SIMEC:

- propostas apresentadas até 29/10/2007, com liberação dos recursos no 1º semestre de 2008;
- propostas apresentadas até 17/12/2007, com liberação dos recursos a partir do 2º semestre de 2008;
- as propostas de planos para início em 2009 com apresentação de propostas até 28/02/2008, (Brasil, 2007d).

Diante da aprovação das propostas, se formalizava o termo de pactuação de metas e de fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados à

¹³ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf. Acesso em: 14 fev 2027.

universidade, com repasses condicionados ao cumprimento das etapas previstas no projeto, conforme disposto no art. 6º do Decreto 6096/2007; com etapas acompanhadas por equipe específica da SESu (Brasil, 2007d).

5.3 O PROJETO UNIVERSIDADE NOVA

O projeto da Universidade Nova, baseado nos ideais de Anísio Teixeira para criação de uma estrutura curricular ampla e diferenciada, em que os estudantes entrariam nas universidades e fariam inicialmente um curso básico de aproximadamente dois anos, o bacharelado interdisciplinar; somente depois dessa fase é que escolheriam a carreira a seguir, na perspectiva de que o modelo pudesse aumentar o interesse dos alunos pelo estudo, além de proporcionar maior liberdade para que os professores pudessem experimentar novas estratégias pedagógicas¹⁴.

A iniciativa surgiu na Universidade Federal da Bahia, UFBA, por volta de 2006-2007, ocasião em que se iniciou um projeto de mudança da arquitetura curricular e de implantação de abordagens interdisciplinares na formação, denominada de UFBA Nova, cuja principal inovação da proposta era criar o bacharelado interdisciplinar (cursos curtos de três anos de iniciação à universidade). Como principal interlocutor do projeto, o reitor da UFBA, Naomar Monteiro de Almeida Filho, divulgou o projeto em diversas visitas, aulas inaugurais e palestras. A proposta cresceu, se expandiu e terminou ganhando o nome ‘Universidade Nova’¹⁵.

Amplamente discutida pela sociedade e comunidade acadêmica do país, a proposta Universidade Nova, contribuiu para implantação do Programa REUNI, ocasião em que a UFBA ampliou a oferta de seus cursos de graduação, implementando uma reforma curricular profunda e abrangente com a implantação do regime de ciclos na educação superior, articulado à expansão de vagas, de progressão linear. Com este modelo denominado ‘UFBA Universidade Nova’ foi possível uma transformação acadêmica iniciada em 2008, em “que posicionou a

¹⁴ MEC. Projeto Universidade Nova é debatido em Brasília. Notícias. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/7936-sp-1166156951>. Acesso em: 08 fev 2024.

¹⁵ Escola Nacional de Saúde Pública. Informe ENSP. Entrevista: Naomar de Almeida Filho fala sobre cenário atual das universidades públicas. 2019. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/47098>. Acesso em: 08 fev 2024.

UFBA como a primeira universidade brasileira com estrutura curricular compatível com regimes modulares de formação em ciclos, tal como ocorre em países avançados social, cultural e cientificamente¹⁶.

¹⁶ UFBA Universidade Nova. Disponível em: <https://www.ufba.br/historico/ufba-universidade-nova>. Acesso em: 08 fev 2024.

6 RESULTADOS: O REUNI NA UFSCar

Na 162ª reunião ordinária do Conselho Universitário, ConsUni, em 27 de abril de 2007, o reitor e presidente do colegiado, Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho, comunica ao plenário sobre o lançamento pelo Governo Federal de um programa visando melhorias na qualidade de ensino, principalmente do ensino básico, mas também voltado para o ensino superior, nos pontos relativos ao estímulo à expansão e maior número de alunos por docente. Ou seja, informava o plenário sobre a recém publicação dos Decretos 6094 e 6096/2007, ambos de 24 de abril de 2007. Naquele momento, comentou sobre a necessidade de maior análise do programa, mas respectivamente ao segundo decreto (6096), que havia solicitado internamente às diretorias dos centros dos campi São Carlos e Araras, a organizarem discussões no âmbito dos respectivos centros com vistas à otimização dos recursos para oferta de novos cursos na UFSCar¹⁷

Na reunião seguinte do Conselho Universitário, 163ª, realizada em 29/06/2007, face ao documento intitulado 'Sobre o futuro da Universidade no Brasil', de autoria do Prof. Dr. Wolfgang Leo Maar, membro do ConsUni, no qual fazia considerações a respeito do Projeto Universidade Nova e do Programa REUNI lançado pelo governo federal, foi solicitado pelo Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Jr, também membro do colegiado, que ambos documentos fossem discutidos de forma mais orientada no campus, para maior envolvimento da comunidade sobre os temas no sentido de obter posição definitiva e clara sobre referidos projetos, objetivando culminar em um posicionamento final do colegiado. Face ao registro, a Presidência do colegiado procedeu apresentação, em linhas gerais, das características de ambos projetos, culminando na instituição de uma comissão para organizar discussões no âmbito da Universidade¹⁸.

Nesta mesma sessão, em meio a discussão generalizada sobre o assunto relativo à carga horária mínima de aulas (graduação e pós-graduação) a ser ministrada pelos docentes (tema originado em reunião anterior do colegiado - 162ª, de 27/04/2007, quando da análise da proposta de alteração das normas sobre a progressão funcional para a classe de professor associado da carreira do magistério superior), acordou-se integrar os estudos deste assunto à comissão recém instituída.

¹⁷ Ata da 162ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da UFSCar, de 27 de abril de 2007.

¹⁸ Ata da 163ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da UFSCar, de 29 de junho de 2007.

Assim, por meio do Ato Administrativo do Conselho Universitário nº 931, de 11 de julho de 2007, foi constituída a comissão com o objetivo de organizar discussão no âmbito da Universidade sobre os temas 'Projeto Universidade Nova' e 'REUNI', e elaborar estudos a respeito da 'carga horária mínima de aulas a ser ministrada pelos docentes da UFSCar (graduação e pós-graduação), para embasar a discussão do colegiado em sua próxima reunião ordinária, prevista para final do mês de agosto/2007. A comissão foi integrada por um representante de cada centro acadêmico, por um representante do Campus Sorocaba, que na época não se estruturava em centros e departamentos, e por um representante da categoria discente. Os representantes indicados pelas respectivas unidades foram: Prof. Dr. Paulo Antonio Silvani Caetano, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, CCET, designado Presidente da comissão; Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Jr, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, CCBS; Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto, Centro de Educação e Ciências Humanas, CECH; Profa. Dra. Maria Bernadete Silva de Campos, Centro de Ciências Agrárias, CCA; Prof. Antonio Fernando Gouvêa da Silva, Campus Sorocaba. Não houve indicação do representante discente pela categoria.

No decorrer dos trabalhos, devido a urgência na discussão do tema REUNI, este passou a figurar como pauta única da comissão.

Em linhas gerais, o Programa REUNI instituído pelo governo federal por meio do Decreto 6096/2007, estimulou as universidades federais a apresentarem seus planos de expansão e de reestruturação para um período de cinco anos, contemplando as diretrizes: ampliação da oferta de educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. Os planos, de caráter institucional, deveriam estar centrados exclusivamente na graduação presencial, contemplando aumento mínimo de 20% de suas vagas, com elevação gradual da taxa de conclusão média para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (Brasil, 2007d).

Ressalta-se o caráter voluntário da participação da instituição no REUNI e que o programa não preconizava a adoção de um modelo único para a graduação,

assumindo como pressuposto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária e a diversidade das instituições.

Diante do cenário, com base nas diretrizes gerais do REUNI, a comissão se reuniu com as chefias dos departamentos acadêmicos e coordenadores de curso de graduação em 09 e 13/08/2007, respectivamente, para diálogo e esclarecimentos acerca do Programa REUNI, além de participar de reuniões em departamentos acadêmicos, quando convidada.

Os departamentos da área acadêmica foram consultados via comissão, para encaminhamento das respectivas propostas de expansão de vagas para graduação, à luz dos entendimentos explicitados pela comissão como: o entendimento da relação aluno por professor na graduação presencial (RAP), no total de 18 alunos por professor, se caracterizando esta como a primeira dificuldade encontrada pela comissão para conduzir as discussões.

Para o entendimento dessa diretriz, a comissão assumiu como premissa que os alunos da UFSCar à época, se matriculavam em média, em 10 disciplinas por ano, tornando assim, equivalentes as relações: 18 alunos por professor; 180 matrículas/ano por professor; 4 turmas/ano de 45 alunos por professor. Ou seja, nesta simplificação, o cálculo anual RAP de um professor corresponde a um décimo do total de alunos matriculados em suas turmas de graduação; e assim, o cálculo de um departamento corresponde a um décimo do total de alunos matriculados em suas turmas de graduação dividido pelo total de professores responsáveis por estas turmas.

A segunda dificuldade encontrada foi a resistência ao REUNI por parte dos departamentos 'prestadores de serviço', face a preocupação com o aumento de cargas didáticas frente ao aumento generalizado de vagas nos cursos de graduação. No entanto, a resistência foi vencida com a proposta de contratação docente vinculada ao aumento no volume de inscrições em disciplinas obrigatórias oferecidas, na proporção de uma nova contratação docente para cada 90 novas inscrições nessas disciplinas.

Em resposta à consulta encaminhada pela comissão, as propostas apresentadas até aquele momento (meados do mês de setembro/2007) totalizaram uma expansão possível de 68,2% em relação ao oferecimento de vagas do vestibular 2008 (no total de 1565 vagas), sendo 11% de aumento de vagas em cursos existentes e 57,2% relativo a propostas de criação de vagas em 24 novos

curso de graduação. A proposição dos novos cursos e ampliação das vagas em cursos existentes encontram-se a seguir especificadas.

Tabela 1- 1ª Proposta de expansão de vagas em novos cursos de graduação em resposta à consulta da Comissão

Campus/ Centro	Cursos	P ¹⁹	S ²⁰	V ²¹	D ²²	RAP ²³
Araras						
CCA	Agroecologia-Bel.	Integral	8	40	12	14,0
	Química-Lic.	Noturno	8	40	8	22,7
	Ciências Biológicas - Bel.	Integral	8	30	9	15,0
	Ciências Biológicas - Lic.	Noturno	8	40	9	20,0
São Carlos						
CCBS	Gerontologia	Integral	8	40	15	11,4
	Ciência Biológicas - Gestão e Análise Ambiental	Integral	8	30	11	12,3
CECH	Biotecnologia - Bel.	Integral	8	40	5	36,0
	Pedagogia-Lic.Plena	Noturno	8	40	9	19,6
	Linguística- Bel.	Noturno	8	30	5	26,8
	Ensino Aprendizagem de Línguas Estrangeiras-Lic.	Integral	6	30	3	33,5
	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Integral	8	50	10	22,4
	Direito	Noturno	8	50	17*	13,2
	Educação Inclusiva	Integral	8	40	9	19,6
	Gestão em Economia Solidária	Noturno	8	30	7	19,2
	Ciências Biológicas - Lic.	Noturno	8	45	12	16,9
	Sorocaba					
	Administração + Ciências Contábeis	Noturno	8	90	16	25,2
	Pedagogia	Noturno	8	50	10	22,0
	Turismo – Bel	Noturno	8	45	7	28,8
	Ciências (hab:Física-Química-Matemática) Lic. Plena	Noturno	8	90	20	20,4
	Desenho Industrial (produtos ecosustentáveis)	Noturno	8	45	10	20,2
	Geografia - Lic.	Noturno	8	45	10	20,2
	Ciências Sociais Aplicadas	Noturno	8	60	9	29,9
	Meio Ambiente - Bel.	Noturno	8	45	10	20,2

Fonte: Comissão REUNI/UFSCar. 2007. Proc. nº 23112.001863/2007-02.

¹⁹ P: Período do curso a ser ministrado.

²⁰ S: Número de Semestres do curso.

²¹ V: Vagas ofertadas.

²² D: Estimativa de docentes necessários para o novo curso.

²³ RAP: Relação aluno professor na graduação em cursos presenciais.

Tabela 2 – 1ª Proposta de expansão de vagas em cursos de graduação já existentes em resposta à consulta da Comissão

Campus/ Centro	Cursos	P	S	Vagas atuais	Vagas Novas
Araras					
CCA	Biotecnologia- Bel.	Integral	8	25	5
São Carlos					
CCBS	Medicina	Integral	12	40	10
	Terapia Ocupacional	Integral	8	30	10
CCET	Engenharia Civil	Integral	10	50	10
	Engenharia de Materiais	Integral	10	60	20
	Engenharia Química	Integral	10	60	20
	Estatística - Bel	Integral	8	30	15
	Matemática -Bel e Lic.	Integral	8	30	5
	Matemática -Bel e Lic.Plena	Noturno	9	30	10
	Química - Bel.	Integral	8	50	10
	Química - Lic. Plena	Noturno	10	20	5
CECH	Biblioteconomia e Ciência da Informação - Bel.	Noturno	8	40	8
	Ciências Sociais - Bel.	Integral	8	50	40
	Filosofia	Noturno	8	30	6
	Imagem e Som - Bel.	Noturno	8	40	4
	Música - Lic. Plena	Integral	8	20	4
	Pedagogia - Lic. Plena	Integral	8	50	-10 ²⁴

Fonte: Elaborado pela autora com base em documento exarado pela Comissão REUNI/UFSCar. 2007. Proc. nº 23112.001863/2007-02.

Diante das propostas, a comissão realizou simulações relativas aos recursos orçamentários que haviam sido apresentados pelo governo federal para implantação do REUNI, chegando aos seguintes números:

- 70% dos recursos disponíveis para custeio seriam para pagamento de salários de 100 novos servidores técnico-administrativos e 238 novos professores, dos quais 204 para atender aos novos cursos propostos e 34 para atender o aumento de vagas nos cursos já existentes;

- 197% dos recursos disponíveis para investimentos, supondo o valor de R\$ 15 mil por professor contratado (para construção de gabinetes, mobiliários, equipamentos, etc.), e de R\$1 mil por nova matrícula em disciplina (para construção de prédios de aulas teóricas, AT's, laboratórios, infraestrutura acadêmica, etc.);

- de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo MEC, os indicadores calculados para a UFSCar diante das propostas apresentadas foram:

²⁴ Redução de 10 vagas para viabilizar criação de curso noturno de Pedagogia com 40 vagas.

- número de matrículas projetadas: 13135,07;
- docentes equivalentes no regime de dedicação exclusiva: 1081,45;
- dedução da pós-graduação: 193,99;
- relação aluno professor em cursos de graduação presenciais: 14,80.

Com base nas simulações, a comissão apresentou a impossibilidade de atender todas as propostas, apontando assim, a necessidade de discussões na comunidade para definir os caminhos da possível expansão na graduação, sugerindo, os critérios a seguir elencados, visando atingir as metas globais do REUNI:

- aumento de vagas em cursos já existentes em todos os campi da UFSCar;
- criação de novos cursos de graduação:
 - no Campus Araras (preferencialmente no período noturno);
 - no Campus Sorocaba (exclusivamente no período noturno, visando aproveitar a estrutura em construção para o período diurno);
 - no Campus São Carlos (de forma estratégica, a luz das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2002-2004).

Para continuidade dos trabalhos, a comissão por meio do Of. Comissão REUNI/UFSCar nº 1, de 17/09/2007 (Proc. nº 23112.001863/2007-02) solicitou:

- posicionamento dos respectivos conselhos de centro sobre as propostas apresentadas, priorizando-as, com prazo previsto para devolutiva das manifestações;

- agendamento por parte da reitoria, de audiências públicas em todos os campi da UFSCar, para apresentação e discussão das propostas de expansão de vagas no âmbito do Programa REUNI.

Assim, a reitoria elaborou agenda de reuniões abertas nos campi da UFSCar, com a finalidade de apresentação pela comissão de todas as propostas encaminhadas pelos departamentos acadêmicos, bem como debater as diretrizes norteadoras para subsidiar a elaboração da proposta final da UFSCar ao REUNI. As reuniões foram assim agendadas: 27/09/2007: Campus Araras; 01/10/2007: Campus São Carlos; 03/10/2007: Campus Sorocaba; 08/10/2007: Campus São Carlos. O convite foi encaminhado aos chefes de departamentos acadêmicos, aos diretores de centro e aos coordenadores de curso, por meio dos Ofs. GR nºs 1119, 1120 e 1121, de 27/09/2007, respectivamente.

6.1 PERFIL DA UFSCAR NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA REUNI

A Universidade Federal de São Carlos, com suas atividades iniciadas em 1970, com pouco mais de 35 anos de existência à época da proposição do REUNI, já ocupava posição de destaque, sendo “uma das mais reconhecidas instituições de ensino superior do Brasil e da América Latina” (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

Em 2007, UFSCar registrou 9.233 alunos, sendo 6.237 matriculados em um dos 35 cursos de graduação presenciais, 978 nos cursos de graduação à distância e 2018 alunos (1.061 no mestrado e 957 no doutorado) matriculados em uma das 42 opções de pós-graduação (18 cursos de doutorado e 24 de mestrado) (Universidade Federal de São Carlos, 2008b).

O quadro dos servidores ativos da UFSCar, em dezembro de 2007, totalizou 1.442 servidores, sendo 738 técnico-administrativos, 17 docentes de primeiro e segundo grau e 687 docentes de nível superior. Dentre os docentes, 99,85% possuíam o título de mestres e doutores, com 97,95% dos docentes contratados em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (Universidade Federal de São Carlos, 2008b).

Relativamente aos dois anos anteriores ao REUNI, a UFSCar vivenciou considerável expansão apresentando crescimento de vagas na graduação de 1130 para 1575 vagas (vestibular 2008), com 435 vagas em novos cursos presenciais e um total de 1.850 vagas abertas entre 2007 e 2008. Essa expansão também foi verificada na infraestrutura da Universidade, com a criação de um novo campus da UFSCar na cidade de Sorocaba, em 2006, a partir do Plano de Expansão do Ensino Superior lançado pelo Governo Federal, denominado Expansão 1 (Universidade Federal de São Carlos, 2008a), cujas atividades daquele campus se desenvolviam provisoriamente no edifício da Faculdade de Engenharia de Sorocaba, até que as edificações do futuro campus fossem concluídas.

O campus São Carlos, com três centros acadêmicos: Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), concentrava 28 cursos de graduação, 28 departamentos acadêmicos e 41 cursos de pós-graduação (Universidade Federal de São Carlos, 2008b).

No campus de Araras o Centro de Ciências Agrárias (CCA) era constituído por três departamentos responsáveis por dois cursos de graduação e um curso de pós-graduação. Enquanto o recém criado campus de Sorocaba comportava cinco cursos de graduação.

6.2 DIMENSÕES REUNI E DIRETRIZES DO PDI-UFSCAR

O Programa REUNI com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, apresentou como meta global, a elevação gradual, no prazo de cinco anos, da TCG (taxa de conclusão média de cursos de graduação presenciais) para noventa por cento e da RAP (relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor) para dezoito.

Com relação a TCG, a UFSCar à época, apresentava uma taxa próxima dos noventa por cento almejados pelo REUNI (82% no ano de 2006), índice este justificado pelas condições historicamente construídas na UFSCar e também pelas ações realizadas a partir das diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar, PDI 2004, evidenciando assim, a existência de muitos pontos coincidentes entre as diretrizes do REUNI e as diretrizes estabelecidas pelo PDI (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

Com relação a RAP o cálculo chegou a 16,5, com previsão de atingir valores superiores a 18 em 2012, com o aumento de vagas proposto para a graduação e com a previsão de ampliação da pós-graduação, decorrente dos onze cursos de mestrado e doutorado autorizados pela CAPES, com início previsto para o ano de 2008.

Quanto à taxa de evasão média na UFSCar, esta se apresentava relativamente baixa; com dados referentes ao ano de 2006, a evasão representou 3,5%.

Com relação às demais dimensões do REUNI, particularmente as relativas à reestruturação acadêmica e curricular e à renovação pedagógica, estas foram consideradas plenamente atendidas em suas intencionalidades finais pelas diretrizes, metas e estratégias definidas no PDI, as quais encontravam-se em implementação na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

A seguir são destacadas algumas das diretrizes específicas do PDI 2004, relativas aos aspectos acadêmicos, relacionadas às dimensões do REUNI, utilizadas na proposta da UFSCar:

- Ampliar de forma planejada e sustentável o número de vagas e cursos de graduação, pós-graduação e extensão, em consonância com o projeto acadêmico, a excelência e o caráter inovador dos cursos da UFSCar.
- Buscar o pleno aproveitamento da capacidade já instalada na UFSCar na ampliação do acesso à Universidade.
- Priorizar a ampliação dos cursos noturnos.
- Aperfeiçoar o processo de seleção de alunos para os cursos de graduação, em consonância com o perfil dos cursos e do profissional que se quer formar.
- Desenvolver e apoiar ações que ampliem as oportunidades de acesso e permanência dos estudantes na universidade e contribuam com o enfrentamento da exclusão social.
- Ampliar e aperfeiçoar programas de apoio aos alunos de graduação e pós-graduação.
- Buscar a garantia da permanência de estudantes sem condições financeiras na universidade, por meio de políticas e infraestrutura que atendam a demanda.
- Implantar ações voltadas para a melhoria dos processos de ensinar e aprender.
- Promover a ampla reformulação dos cursos de graduação para que seus currículos garantam as qualificações profissionais, científicas, técnicas, filosóficas, éticas e político-sociais previstas no 'Perfil do Profissional a ser formado na UFSCar'.
- Estabelecer e implementar uma política de avaliação permanente da formação propiciada pelos cursos de graduação, reformulando seus projetos pedagógicos sempre que necessário.
- Fortalecer as coordenações de modo a facilitar sua ação e garantir maior envolvimento com a promoção da qualidade, do aprimoramento constante e da inovação dos cursos de graduação e pós-graduação da UFSCar.
- Fomentar a integração entre pós-graduação e graduação.

- Conceber novos espaços físicos de ensino, buscando a coerência com o perfil do profissional a ser formado na UFSCar e com a diversidade das práticas de ensino (Universidade Federal de São Carlos, 2008a; Universidade Federal de São Carlos, 2004, p.13).

Assim, o REUNI se apresentou como uma importante oportunidade de aceleração da implantação das metas do PDI elaborado pela comunidade da UFSCar entre 2002 e 2004, juntamente com uma significativa expansão da graduação presencial. “O aprofundamento da implantação das diretrizes do PDI, em todas as suas dimensões pode ser compatibilizado e produzir como resultado a efetivação de todas as metas do REUNI” (Universidade Federal de São Carlos, 2008a, p.3). Nessa perspectiva, foi construída a proposta da UFSCar para adesão ao REUNI, a seguir apresentada.

6.3 A PROPOSTA DE EXPANSÃO DA UFSCAR PARA ADESÃO AO REUNI

A Proposta de adesão ao Programa REUNI, elaborada pela Comissão (Ato ConsUni 931, de 11/07/2007) a partir das contribuições encaminhadas pela comunidade acadêmica, sistematizadas e organizadas em atendimento às diretrizes discutidas nas reuniões abertas ocorridas nos *campi* da UFSCar, e às diretrizes preconizadas no Programa REUNI, apresentou as possibilidades de expansão a seguir especificadas.

Quanto à expansão de vagas em cursos de graduação já existentes, conforme propostas construídas a partir de coordenações de curso de graduação e departamentos acadêmicos, com aprovação dos respectivos conselhos interdepartamentais, foi proposto aumento de 222 vagas para os cursos descritos na tabela a seguir.

Tabela 3 – Expansão de novas vagas em cursos já existentes

Centro	Cursos já existentes	P	Vagas Atuais	Novas Vagas
CCA	Biotecnologia	D	25	5
CCBS	Medicina	D	40	10
CCBS	Terapia Ocupacional	D	30	10
CCET	Engenharia Civil	D	50	30
CCET	Engenharia de Materiais	D	60	20
CCET	Engenharia Física	D	30	10
CCET	Engenharia Química	D	60	20
CCET	Estatística	D	30	15
CCET	Matemática	D	30	10
CCET	Matemática	N	30	10
CCET	Química	D	50	10
CCET	Química	N	20	10
CECH	Biblioteconomia e Ciência da Informação	N	40	8
CECH	Ciências Sociais	D	50	40
CECH	Filosofia	N	30	6
CECH	Imagem e Som	N	40	4
CECH	Música	D	20	4
CECH	Pedagogia	D	50	-5²⁵

Fonte: Proposta da UFSCar para adesão ao REUNI (Universidade Federal de São Carlos, 2008a)

Para expansão de vagas na graduação em novos cursos foram apresentadas 23 proposições, das quais foram definidos 15 cursos, conforme tabela a seguir, que levou em consideração os seguintes critérios elencados, gerando aumento de 895 vagas:

- adequação ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar, PDI;
- otimização das metas globais do REUNI;
- preferência por cursos noturnos;
- demanda nacional por licenciaturas e engenharias;
- crescimento do Campus de Araras;
- utilização da estrutura do Campus de Sorocaba para cursos noturnos;
- prioridades deliberadas nos Conselhos Interdepartamentais (UFSCar, 2008a).

²⁵ Redução de 5 vagas para viabilizar criação de curso noturno de Pedagogia com 45 vagas.

Tabela 4 - Expansão de vagas em novos cursos a serem criados em 2009.

Centro	Cursos Novos	Período	Tempo	Vagas
CCA	Agroecologia – Bacharelado	Diurno	4	40
CCA	Lic. QUI-FI-BIO	Noturno	4	120
CCBS	Gestão e Análise Ambiental	Diurno	4	40
CCBS	Gestão em Gerontologia	Diurno	4	40
CCBS	Biotecnologia – Bacharelado	Diurno	4	40
CCET	Lic. Física	Noturno	5	30
CCET	Engenharia Elétrica	Diurno	5	90
CCET	Engenharia Mecânica	Diurno	5	90
CECH	Pedagogia	Noturno	4	45
CECH	Linguística – Bacharelado	Noturno	4	40
CECH	Lic. Educação Inclusiva	Diurno	4	40
CAS	Administração	Noturno	4	60
CAS	Pedagogia	Noturno	4	60
CAS	Lic. FI-QUI-MAT-BIO	Noturno	4	100
CAS	Lic. Geografia	Noturno	4	60
	Total			895

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados constantes da Proposta da UFSCar para adesão ao REUNI (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

Assim, a proposta de expansão apresentada para a graduação totalizou 70,4%, com oferta de 1112 vagas a mais para o vestibular de 2009, sendo 553 no período noturno e 559 no período diurno.

A proposta previu ainda a criação do curso de Direito, com oferecimento de 50 vagas e previsão de início em 2011, mas sua implantação ficou condicionada à disponibilidade de pessoal (docente e técnico-administrativos) e de recursos orçamentários (infraestrutura, custeio, etc) quando de sua criação.

A partir das possibilidades de expansão na graduação, a proposta teve como ponto de partida a adequação das possibilidades aos valores máximos e aos valores referência do REUNI para gastos com custeio, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 5 - Valores disponíveis para gastos com custeio

Ano	Valores disponíveis para gastos com custeio
2008	R\$ 1.905.874,34
2009	R\$ 6.485.765,72
2010	R\$ 11.850.133,59
2011	R\$ 17.977.710,75
2012	R\$ 24.815.806,04

Fonte: Proposta da UFSCar para adesão ao REUNI (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

Tabela 6 - Valores referência/ano para gastos com custeio

Demandas	Valores/Custeio
Bolsas de Assistência Estudantil	R\$ 3.000,00
Bolsas de Mestrado	R\$ 11.280,00
Bolsas de Doutorado	R\$ 16.728,00
Bolsas de Pós-Doutorado	R\$ 39.600,00
Bolsas de Professor Visitante	R\$ 39.600,00
Professores PE=1.55	R\$ 55.489,99
Servidores de Nível Intermediário	R\$ 15.905,62
Servidores de Nível Superior	R\$ 18.982,32
Unidades Básicas de Custeio - UBC	R\$ 1.074,95

Fonte: Proposta da UFSCar para adesão ao REUNI (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

Com base nos recursos a proposta apresentou:

- contratação de 40 servidores nível superior, 20 em 2009 e 20 em 2010;
- contratação de 70 servidores nível intermediário, 35 em 2009 e 35 em 2010;
- contratação de docentes em dedicação exclusiva a partir de 2009 sendo: 81 contratações em 2009, 67 em 2010, 98 em 2011 e 9 em 2012; totalizando 255 novos docentes, com expansão do quadro docente em 33, 7%;
- previsão ano a ano (2008 a 2012) de gastos com UBC (custeio básico, incluindo a assistência estudantil);
- previsão de 100 bolsas de mestrado a partir de 2011 para viabilizar a prática docente, na graduação, de alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação da UFSCar; com oferecimento de 25 auxílios em 2008, 50 em 2009, 75 em 2010 e 100 auxílios a partir de 2011;
- dos recursos não utilizados em 2012, ficou previsto como reserva técnica a contratação de mais 50 docentes, para eventuais ajustes nas demandas dos novos cursos (totalizando 305 docentes); contratação de mais 30 servidores técnico-administrativos nível intermediário e 10 nível superior (totalizando 150 servidores); acréscimo de mais 100 auxílios de prática docente (totalizando 200 auxílios). e previsão de mais 1359,83 UBC (totalizando 2859,83 UBC).
- Com relação à meta global de dezoito alunos de graduação por professor, a expansão proposta de acordo com o simulador MEC, criado especificamente para esta finalidade, a RAP da UFSCar em 2012 se elevaria a 22,4 (e a 18,9

considerando as 104 vagas anteriormente acordadas mas não incorporadas no banco de professor equivalente da UFSCar até aquele momento), (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

Tabela 7 - Recursos disponíveis para investimentos

Ano	Recursos disponíveis para investimentos
2008	R\$ 3.293.000,00
2009	R\$ 6.114.000,00
2010	R\$ 6.389.000,00
2011	R\$ 6.497.000,00

Fonte: Proposta da UFSCar para adesão ao REUNI (Universidade Federal de São Carlos, 2008a).

A partir dos recursos disponíveis para gastos com investimento, a proposta apresentou a projeção ano a ano dos investimentos a serem destinados para ampliação dos restaurantes universitários dos três campi, das moradias estudantis e centros de convivência; reformas/ampliação/construção de laboratórios de ensino; construção de centrais de coordenações de cursos noturnos, além de infraestrutura necessária aos novos cursos e departamentos.

6.4 A DECISÃO DE ADESÃO DA UFSCAR

Conforme preconizava o Decreto 6096/2007, art. 4º § único, o plano de reestruturação da UFSCar foi pautado para apreciação do Conselho Universitário, em reunião realizada no dia 19 de outubro de 2007, convocada em caráter extraordinário, para análise da proposta da UFSCar para adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI.

No Anfiteatro da Reitoria, a sessão foi iniciada, sob a presidência do Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho, Reitor da UFSCar, tendo inicialmente apresentado ao plenário e demais membros da comunidade universitária presentes, a proposta de expansão lançada pelo governo federal, REUNI, seguida da apresentação de todo o processo de construção da proposta da UFSCar, com origem na constituição da Comissão composta por representantes de cada centro acadêmico e do campus Sorocaba (Ato Administrativo do Conselho Universitário nº 931, de 11/07/2007).

Registrou o intenso trabalho da comissão, com realização de reuniões com chefes de departamentos, coordenadores de curso de graduação, com vários

departamentos, quando demandada; reuniões abertas em todos os campi da UFSCar, além da realização de evento com participação de representantes do Ministério da Educação com objetivo de esclarecer a comunidade universitária sobre o Programa REUNI. Informou também que as entidades representativas da comunidade da UFSCar haviam promovido eventos sobre o tema.

Assim, a proposta em análise para adesão ao Programa, contendo a criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos existentes, havia sido construída a partir das contribuições encaminhadas pela comunidade acadêmica, sistematizadas e organizadas em atendimento às diretrizes discutidas nas reuniões abertas ocorridas durante o processo de elaboração das propostas e apreciadas e deliberadas pelos respectivos colegiados institucionais (Conselhos Departamentais, Conselhos de Cursos, Conselhos Interdepartamentais e Conselho de Campus - Sorocaba).

Esclareceu sobre a destinação de recursos financeiros do Programa para investimentos específicos como construções, adequações de infraestrutura, equipamentos e outros, bem como as despesas de custeio e de pessoal, em função da expansão do corpo docente e técnico-administrativo associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação de cada instituição.

Procedeu informações relativas aos prazos para encaminhamento das propostas, informando que seu encaminhamento não garantia aprovação automática; as mesmas seriam analisadas tecnicamente, seguida da análise de três pareceristas externos, e posterior homologação por uma comissão especial instituída pelo MEC.

O Prof. Dr. Paulo A. S. Caetano, Presidente da Comissão REUNI/UFSCar, apresentou minuciosamente a proposta de expansão da UFSCar, explicitando que a proposta havia sido construída conjuntamente com a comunidade e posteriormente com os diretores de centro e reitoria, finalizando sua idealização. Durante apresentação um grupo de alunos adentrou o recinto de forma ruidosa, com apitos e palavras de ordem, em protesto à adesão da UFSCar ao Programa REUNI. Ocasão em que um dos alunos, representando a categoria, registrou que o ato referia-se ao processo antidemocrático na elaboração da proposta, por não contar com a participação massiva dos estudantes:

Que a gente precisa começar a refletir sobre qual é o futuro que a gente quer para a nossa universidade e não simplesmente ficar entrando em qualquer proposta que vem do governo; acho que a gente precisa sim discutir qual é a concepção de universidade que a gente está querendo e qual a concepção de universidade que a gente vai entrar. (Áudio da reunião extraordinária ConsUni, de 19/10/2007).

Após, registro de aplausos por parte dos estudantes e palavras de ordem como: 'se cuida, se cuida, se cuida reitoria, se aprovar o REUNI vai ter ato todo dia!'. No decorrer da sessão, nova manifestação do tipo foi observada face ao posicionamento contrário à proposta registrado por um representante do DCE.

Os diretores de centro/campus expuseram todo o processo de discussão, elaboração das propostas e definição das prioridades pelos Conselhos Interdepartamentais no âmbito de cada Conselho de Centro e do Conselho de Campus (Sorocaba), dado que os centros acadêmicos são os responsáveis primeiros pelos cursos de graduação na Universidade. A manifestação dos diretores de centro encontra-se aditada no Apêndice A.

A sessão decorreu com ampla discussão e registro de vários posicionamentos (contrários ou de apoio), esclarecimentos com relação à proposta, e um pedido de vistas ao processo registrado pelo conselheiro José Célio F. Chaves, representante da categoria dos servidores técnico-administrativo junto ao ConsUni e membro da diretoria do SinTUFSCar, com a seguinte justificativa:

Solicito vistas a proposta da UFSCar pelo seguinte motivo: eu quero ter lucidez, redimir dúvidas da condição jurídica e constitucional da proposta, além de discutir reservadamente e amplamente com as entidades de classe, uma vez que a comissão do REUNI teve autonomia de concluir a proposta reservadamente e só apresentá-la ontem a tarde para que eu tivesse conhecimento disso para discutir hoje no ConsUni, e certo de poder sugerir alterações na proposta (Áudio da reunião extraordinária ConsUni, de 19/10/2007).

O pedido de vistas ao processo foi recusado, com votação resultante em 13 (treze) votos contrários, 11 (onze) favoráveis e 01 (uma) abstenção.

Com o resultado obtido, o processo de votação da proposta de participação da UFSCar no Programa REUNI foi encaminhado, mas interrompido pela manifestação ruidosa do grupo de alunos presentes no recinto, com palavras de ordem: 'DE-MOCRACIA! DE-MOCRACIA! DE-MOCRACIA!' seguida de: 'se cuida, se cuida, se cuida reitoria se aprovar o REUNI vai ter ato todo dia!'.

Decorridos aproximadamente trinta minutos de manifestação, a proposta de participação da UFSCar no Programa REUNI foi colocada em votação pela Presidência do colegiado, sendo aprovada com 18 (dezoito) votos favoráveis, 05 (cinco) contrários e 01 (uma) abstenção. Na sequência, momento em que foi colocada em votação a proposta de expansão (ampliação das vagas nos cursos existentes e criação de novos cursos), a mesma ficou comprometida pelo ruído das manifestações dos alunos e pela interposição de cartazes entre a Presidência e os conselheiros, comprometendo as condições para deliberação da proposta de expansão. A sessão foi encerrada e o colegiado convocado para nova sessão, para reencaminhar a deliberação sobre a proposta de expansão da UFSCar.

Em continuidade à reunião extraordinária no dia 25 de outubro de 2007, no Anfiteatro Bento Prado de A. Ferraz Neto²⁶, a sessão foi reiniciada sob manifestação ruidosa dos alunos, tendo a Presidência, Prof. Dr. Oswaldo B. Duarte Filho, aberta a sessão e encaminhado de imediato a votação da proposta de expansão por meio de recursos visuais, com utilização de cartões coloridos, tendo os conselheiros recebido previamente documento com a síntese do projeto de adesão da UFSCar ao REUNI e as instruções de como proceder a votação: verde/favorável, vermelho/contrário e amarelo/abstenção. Após votação (conselheiros sinalizando o seu voto por meio dos cartões), na qual se observou a ampla maioria dos cartões verde demonstrando o resultado, a secretária do colegiado procedeu coleta dos cartões e a Presidência sinalizou o encerramento da sessão, que ocorreu em poucos minutos, em meio a manifestação dos estudantes. Com o resultado da votação: 16 (dezesesseis) votos favoráveis e 03 (três) contrários, ficou aprovada a proposta de expansão (ampliação das vagas nos cursos existentes e criação de novos cursos) elaborada pela Comissão designada pelo ConsUni, construída a partir das contribuições da comunidade acadêmica, por meio da deliberação dos Conselhos de Centro/Campus, e sistematizadas e organizadas com base nas diretrizes discutidas nas reuniões abertas ocorridas durante o processo de elaboração da proposta. A aprovação da participação da UFSCar no Programa REUNI e da proposta de expansão foi exarada em deliberação do colegiado, Parecer do Conselho Universitário nº 402.

²⁶ Reunião realizada no Anfiteatro Bento Prado de A. Ferraz Neto face a ocupação da reitoria, impossibilitando a realização da reunião no Anfiteatro da Reitoria, local de realização das reuniões do ConsUni.

6.5 AS MANIFESTAÇÕES NO CENÁRIO NACIONAL

Como indignação ao decreto que instituiu o REUNI, estudantes de várias localidades do país fizeram manifestações na tentativa de impedir a adesão de suas universidades ao Programa, com manifestações contra o decreto, realização de atos públicos, paralisação de avenidas e ocupações de prédios das reitorias (Diretório Acadêmico de Fonoaudiologia-UFBA, 2008).

A Universidade Federal da Bahia, UFBA, foi a primeira instituição com registro de ocupação, em 1º de outubro de 2007.

Em matéria publicada pelo Globo.com em 25/10/2007²⁷:

Os críticos afirmam que a proposta pode levar ao sucateamento da universidade e temem a perda de qualidade dos cursos e da produção científica. A União Nacional dos Estudantes (UNE) pretende pedir mais tempo para que o projeto seja discutido.

Em contestação ao REUNI, as entidades estudantis solicitavam a revogação do decreto, alegavam a falta de debates suficientes com a comunidade acadêmica para esclarecimentos necessários quanto aos pontos divergentes do programa e receio na queda da qualidade do ensino. Questionavam o repasse de verbas para o aumento de vagas nas universidades, sem aplicação de recursos em outras questões consideradas prioritárias, como estruturação física das universidades e ampliação de corpo docente, além de considerar inapropriada a criação da formação generalizada em bacharelados interdisciplinares com modalidade de formação geral em quatro grandes áreas do conhecimento: Artes, Humanidades, Ciência e Tecnologia e Saúde (Diretório Acadêmico de Fonoaudiologia-UFBA, 2008).

Várias entidades se mobilizaram em torno do tema. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, por exemplo, pelo seu Presidente, Paulo Rizzo, comentava ser inaceitável uma situação em que projetos de reestruturação acadêmica fossem aprovados com a utilização de fortes aparatos repressivos, com presença da força policial. Que não havia precedentes do tipo na história das universidades, as quais já haviam passado por intervenções na época da ditadura militar, mas em ambiente democrático jamais havia vivenciado um

²⁷Notícias Globo.com. 25/10/2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL158747-5604,00-OCUPACAO+DA+UFSCAR+PODE+ATRASAR+SALARIOS.html>. Acesso em: 06 mar 2024.

quadro de tamanha truculência, utilizada por várias administrações superiores de universidades; e que a truculência que marcava o lançamento do REUNI espelhava a fragilidade de seu conteúdo²⁸.

A seguir, vários comunicados sobre as manifestações, protestos e ocupações que aconteciam em todo o país, divulgado em Boletim ANDES-SN, de outubro de 2007²⁹:

Apitos, tambores, cartazes e um debate travado durante cinco horas marcaram a reunião do CONSUNI da UFPB, no dia 26/10, quando deveria ser colocada em votação a adesão ou não da universidade ao REUNI. Depois de praticamente cinco horas de debate, os estudantes ocuparam a área da reunião. Apesar da tentativa de restabelecimento da votação, o encontro foi suspenso.

Na Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, o CONSUNI só pôde aprovar o REUNI após se reunir, às escondidas, dentro dos muros da base aérea de Porto Velho, para desviar a atenção da comunidade acadêmica que protestava no prédio da reitoria. A ocupação da reitoria foi a última alternativa encontrada pelos estudantes para serem ouvidos. Os estudantes de Rolim de Moura viajaram 600 km para dialogar com a administração superior da universidade, mas não foram ouvidos pelo reitor que, em vez de diálogo, enviou agentes da Polícia Federal e do pelotão de choque da PM para recebê-los.

Na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, o REUNI foi aprovado no dia 26/10, porque a reitoria lançou mão de forte aparato de segurança para garantir a votação do CONSUNI, às escondidas, sem a participação da comunidade universitária. Em nota pública, a diretoria da Associação dos Docentes da UFPE - ADUFPE afirma que o REUNI já nasce por imposição do governo federal e que a anuência dos conselhos universitários serve, apenas, para dar um “verniz” de decisão democrática à medida. Na nota, a seção sindical denuncia que o REUNI foi aprovado de forma arbitrária, sob forte aparato de segurança montado pela administração superior. Conselheiros se submeteram a entrar, às escondidas, pelos fundos da reitoria, para aprovar o projeto sem debatê-lo com a comunidade acadêmica. Os estudantes, docentes e técnicos que completam o quinto dia de ocupação da reitoria já enfrentaram agressões e até o temor do cumprimento pela polícia de um mandado judicial de desocupação. Entretanto, permanecem unidos e coesos, exigindo a anulação da votação considerada ilegítima.

Na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, os estudantes também ocupam a reitoria [...], o REUNI foi aprovado pelo CONSUNI, a toque de caixa, sob a orientação da reitoria. Conforme carta-denúncia elaborada pelos estudantes, a administração superior

²⁸Boletim ANDES-SN. Outubro 2007. Disponível em: https://www.adur-rj.org.br/mobilizacao_ja_44.htm#reitores. Acesso em: 06 mar 2024.

²⁹ *Ibidem*.

tem feito o possível para intimidá-los, tendo ingressado na Justiça com pedido de desocupação do prédio.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, a reitoria também se valeu de forte esquema policial para garantir que a reunião do CONSUNI não fosse prejudicada pelos protestos da comunidade acadêmica, que reuniu centenas de manifestantes no interior do prédio da reitoria.

O posicionamento da ADUFSCar, Sindicato dos Docentes da UFSCar, pode ser observado no Comunicado nº 44, de 26 de outubro de 2007³⁰:

Os recentes e lamentáveis acontecimentos ocorridos na UFSCar – que todos conhecem – demonstram com toda clareza o autoritarismo daqueles que, não tendo comparecido aos inúmeros debates promovidos sobre o REUNI no âmbito da UFSCar (inclusive pela ADUFSCar), buscaram, pela força dos gritos, da violência e da arrogância, impedir a aprovação do que foi discutido pela comunidade. O que nem todos sabem, contudo, é que se trata de um movimento orquestrado nacionalmente. Inúmeras situações similares à acontecida em nossa universidade têm se repetido em muitas outras instituições brasileiras. Apresentamos abaixo, para conhecimento, um informe sobre as fontes financeiras dos promotores desses incidentes, bem como os depoimentos de dois professores sobre ocorrências análogas às daqui, que se passaram na UFRJ e na UFBA.

Neste comunicado da ADUFSCar, o Sindicato Nacional ANDES é apontado como fonte financeira promotora para apoiar as ações políticas de estudantes como manifestações e atos contra o REUNI que aconteciam em várias universidades.

A resistência dos estudantes ao Reuni teve apoio de diferentes entidades, dentre as quais o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Este, por sua vez, mobilizou a comunidade acadêmica e provocou reflexões contrárias à publicação de diversos comunicados das possíveis consequências para as universidades após a aprovação do Reuni. Essa entidade ainda financiou o movimento estudantil conforme registro do Relatório 52º CONAD, que assumiu o compromisso de destinar valores na casa de 450 mil reais em apoio a mobilizações contrárias ao Reuni (Oliveira; Figueiredo; Brandão, 2013, *apud* Dutra, 2019, p. 145).

³⁰ Comunicado ADUFSCar 44, de 26 out 2007. Disponível em: <https://www.adufscar.org.br/wp-content/uploads/2022/12/2007.pdf>. Acesso em: 06 mar 2024.

Como repúdio aos protestos e ocupações, a Andifes, em reunião extraordinária de seu Conselho Pleno, publicou Nota Pública com o seguinte teor:

Os reitores e demais dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, reunidos em Brasília na 91ª reunião extraordinária do Conselho Pleno da Andifes, vêm manifestar de público, perante a nação brasileira, o seu mais veemente repúdio à ação violenta e antidemocrática das invasões de reitorias e impedimento de decisões legítimas e soberanas de Conselhos Universitários, patrocinadas por certos grupos de estudantes que, com péssimo exemplo, não honram as melhores tradições do movimento que pretendem representar. Os lamentáveis episódios ocorridos recentemente em diversas universidades por ocasião da deliberação sobre a apreciação dos projetos das IFES a serem submetidos ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas – REUNI caracterizam o conteúdo fascista e totalitário desse tipo de manifestação política, que não condiz com as liberdades democráticas, a normalidade institucional e o pleno Estado de Direito em vigência no Brasil. Ao contrário do que apregoam alguns, a truculência tem caracterizado tais manifestações, em contraste com a atitude democrática de dirigentes das IFES, que, sem exceção, têm submetido aos Conselhos Superiores as grandes decisões institucionais. A defesa da universidade pública, de sua autonomia, pluralismo e liberdade, verdadeiras cláusulas pétreas de uma academia, terá de ser garantida com firmeza e por todos os meios legítimos e legais à disposição, sob pena de desmoralização das instituições, deterioração do patrimônio público e falência das conquistas democráticas, tão arduamente construídas em nosso país. Brasília, 31 de outubro de 2007³¹.

Apesar das manifestações e protestos ocasionados à época em âmbito nacional, 100% das universidades federais aderiram ao REUNI.

Dada a mobilização de estudantes contra o REUNI em várias universidades federais, na tentativa de consolidar o movimento, por iniciativa do Diretório Acadêmico de Fonoaudiologia da UFBA (DAFono), foi organizado o ‘Livro Cinza do REUNI - Dossiê-denúncia das consequências do REUNI’, contendo uma sistematização dos resultados do REUNI, organizada e documentada por entidades do movimento estudantil.

O dossiê endereçado ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, ao Ministro da Educação Fernando Haddad, ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro, apresentou-se como campanha pela revogação do Decreto Presidencial nº 6096, que instituiu o Programa, explicitando a manifestação contrária dos

³¹Nota Andifes. Disponível em https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_076_Nota_Publica_Invasao_IFES.pdf. Acesso em: 06 mar 2024.

estudantes com a forma que o REUNI estava sendo aprovado nas universidades, e portanto, solicitavam a reabertura das discussões sobre o Programa.

A primeira edição do Livro Cinza do REUNI, foi publicada em julho de 2008; na segunda edição, publicada em janeiro de 2009, além da sistematização comentada no parágrafo anterior, apresenta também relatos das audiências realizadas entre representantes das entidades estudantis com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, e da audiência pública realizada no Ministério da Educação.

Ambas publicações reúnem textos escritos por estudantes e entidades estudantis de diferentes universidades federais, relatando experiências que se confrontavam com a proposta de ampliação de vagas nas universidades federais. Dentre eles, encontram-se os relatos exarados pela Associação dos Pós-Graduandos da UFSCar (APG-UFSCar).

Contribuição sobre a aplicação do REUNI no Curso de Biologia da Universidade Federal de São Carlos. Gostaria de dividir com vocês uma consequência do decreto federal do REUNI para a minha Universidade, a Federal de São Carlos, especificamente para o curso de Biologia. Aqui as disciplinas são ministradas em prédios separados pelo campus. Cursos que exigem experiências práticas, como o curso de Biologia, têm aulas em prédios especiais, com laboratórios adaptados (ainda que insuficientes) para tais disciplinas. No entanto, uma vez que a Universidade aceitou esse decreto (contra a vontade explícita dos estudantes), diversos departamentos estão abrindo novos cursos e discutindo seus programas pedagógicos. Entre os departamentos de Biologia, dois novos cursos estão sendo propostos: Gestão Ambiental e Biotecnologia. Entretanto, o espaço que existe não é suficiente para a criação desses cursos e a verba disponibilizada não aparece. Descobrimos que os chefes de departamento decidiram retirar o curso de Biologia do seu prédio próprio para reformar o prédio para os cursos novos que estão sendo propostos. Isso sem nenhuma garantia de que teremos espaço para nossos laboratórios, nem sala para reuniões dos programas de extensão e nem para o centro acadêmico. Revoltados com essa situação que coloca em risco a qualidade atual do curso de Biologia da UFSCar os estudantes organizaram uma assembleia que deliberou que nossa posição é contra a deterioração do Curso de Biologia da UFSCar para acomodar a expansão sem verbas do REUNI! Nessa assembleia reafirmamos nossa posição de ser contra o REUNI e a desregulamentação e destruição da qualidade de ensino que ele introduz nas universidades federais. Queremos a expansão de vagas com qualidade, com financiamento para a construção de laboratórios adequados, com contratação de professores e funcionários suficientes! Esse decreto só vem para

destruir a Universidade Pública que conhecemos e as consequências já podem ser reconhecidas. Na UFSCar foi criado um grupo de trabalho que irá averiguar as consequências que estão acontecendo em cada curso. Esse grupo foi criado em uma Assembleia e ainda não apresentou resultados. Precisamos apurar todos os relatos que tivermos e combatermos conjuntamente para que esse decreto seja revogado e todas as Universidades Federais sejam libertadas dessa afronta. Saudações estudantis, Priscilla Loiola - Diretora da Associação de Pós-Graduandos da UFSCar e estudante do Programa de Pós Graduação de Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (Livro Cinza do REUNI, 2008, p. 13).

Contribuição da APG-UFSCar sobre o REUNI - Congresso Nacional de Pós-Graduandos (encaminhada ao Livro Cinza do REUNI): O REUNI tem no seu centro a reestruturação do ensino, lançando-se à desregulamentação das profissões e destruição dos diplomas, seja pela criação dos bacharelados interdisciplinares, seja pela criação de cursos que surgem pela fragmentação e destruição das carreiras já existentes. Durante as poucas discussões feitas na comunidade acadêmica sobre o projeto, foi levantada a possibilidade de que os pós-graduandos assumissem responsabilidades docentes, para cobrir a necessidade de aumento da relação de 1 professor para cada 18 alunos, proposta como forma de ampliação das vagas. Nós, estudantes de pós-graduação não ingressamos na pós-graduação para assumir a lacuna da falta de verbas para a contratação de novos profissionais qualificados. Não ingressamos na pós-graduação para receber uma bolsa de estágio de “professor suplente”. Ingressamos na pós-graduação para ter uma formação qualificada, pesquisar e produzir ciência no nosso país, e para isso precisamos da garantia de bolsas de pesquisas que nos permita exercer nossas atividades e nossa pesquisa plenamente. Da mesma forma, os graduandos têm que ter direito de acesso em um curso bem estruturado, que garanta sua formação plena com condições de prosseguir O em sua carreira. Assim, não podemos aceitar proposta de cursos de ciclo básico, bacharelados interdisciplinares, ou cursos de gestão em nada que são a representação do sucateamento da educação e destruição dos diplomas, que saem valendo nada, sem nenhum direito garantido. Este decreto, já em prática em muitas universidades, objetiva uma ampliação de 100% do número de alunos, porém prevê uma ampliação suposta de 20% das verbas no Orçamento (condicionada a existência de recursos do MEC - art. 7) e uma ampliação dos docentes e técnicos de aproximadamente 15%. Este ano foi anunciado um corte de 19 bilhões nos gastos do governo, sendo 1 bilhão e 600 milhões somente nas verbas de custeio e investimento do MEC. A falta de recursos seguramente não garantirá os meios para contratação de professores de carreira, com dedicação exclusiva. Vai à contramão da melhoria na qualidade do ensino e tira a oportunidade de contratação concreta de muitos recém pós-graduados em instituições públicas. Muitos efeitos têm sido observados na UFSCar como no curso de biologia da UFSCar, com a proposta de reforma dos laboratórios do CCBS, para uso exclusivo dos novos cursos do REUNI, já que as verbas minguadas de custeio serão insuficientes para construção de novos prédios,

para os novos cursos, como na psicologia onde os alunos deixaram de ter direito a optativas devido à sobrecarga de professores ou a Letras que terá sua carga horária diminuída. O REUNI nos atinge diretamente: quando graduandos, pós-graduandos e pós-graduados. Para defender a universidade pública e a pesquisa que aí se realiza, é preciso defender a proposta de mais vagas nas universidades públicas, contratação de professores qualificados em número suficiente e educação com qualidade para todos. Nesse sentido, pensamos que é fundamental que a ANPG se posicione e lute pela revogação do REUNI, e comece a construir o dossiê nacional que unifique documentos que reflitam as consequências do REUNI às universidades públicas, campanha que já esta sendo levada por diversas entidades no ME da graduação, como foi aprovado no congresso da ANPG. Saudações, Associação de Pós-Graduandos Universidade Federal de São Carlos (Livro Cinza do REUNI, 2008, p. 14).

Declaração da Associação de Pós-Graduandos da UFSCar: Caros colegas Nós da APG enviamos uma contribuição ao Livro Cinza do REUNI. A ameaça do REUNI à universidade é uma ameaça aos pós-graduandos. Por isso nós defendemos que a ANPG (entidade nacional) adotasse uma posição pela revogação do REUNI em seu último congresso. Esse debate ainda está aberto no movimento de pós-graduando, mas a posição da APG da UFSCar é clara em dizer que é necessário revogar esse decreto. Queremos defender nossos diplomas, por isso estamos com vocês. Infelizmente pelo alto preço das passagens, não pudemos enviar ninguém para a reunião. Uma passagem ida e volta para Salvador custa nesse momento mais de 1500 reais nas cotações que fizemos. Mas contem com nosso apoio. Vamos fazer essa batalha aqui em São Carlos. Vamos juntos para Brasília revogar esse decreto! Saudações estudantis, Fábio Plut (Sorriso) - Diretor de movimentos sociais da ANPG. APG-UFSCar (Livro Cinza do REUNI, 2009, p. 9).

10 Motivos para Lula revogar o REUNI - APG-UFSCAR. 10 MOTIVOS para o Presidente LULA REVOGAR o REUNI!!! Participar do movimento estudantil é construir a história das universidades e do Brasil na luta pela garantia de nossos direitos. A expansão de vagas em universidades públicas e gratuitas sempre foi uma de nossas maiores reivindicações. Depois de muitas mobilizações em Brasília, o Governo sinalizou que atenderia essa demanda nacional através do REUNI, no entanto, essa promessa veio na contra mão das necessidades reais da comunidade acadêmica, com uma série de ataques à educação disfarçados como proposta de expansão de vagas, no fundo, uma expansão sem um financiamento real e acompanhada da desregulamentação das profissões, veja abaixo 10 motivos reais para revogarmos o REUNI: 1 – O REUNI aumenta a relação professor/aluno, que já é baixa hoje (1/9), para 1/18; 2 – Para a diminuição na relação professor/aluno o REUNI pretende dar bolsas para que pós-graduandos dêem aula no lugar dos professores; 3 – O REUNI cria profissões desregulamentadas através da fragmentação dos currículos de cursos já existentes 4 – O REUNI condiciona o repasse de verbas à aprovação de 90% dos alunos ingressantes no tempo previsto pelo curso; 5 – O REUNI

amplia a vaga sem ampliar o programa de assistência estudantil; 6 – O REUNI fere o princípio da autonomia da universidade em decidir sobre o seu gerenciamento; 7 – O REUNI cria os bacharelados interdisciplinares que são diplomas de ensino superior de formação em nada; 8 – O REUNI foi imposto pelos Conselhos Universitários, sem discussão, em quase todas as universidades; 9 – O REUNI duplica as vagas com um aumento de apenas 20% nas verbas; 10 – O REUNI não prevê contratação de funcionários proporcional à ampliação. Todos a Brasília dia 12 de novembro defender a Universidade que queremos! Associação dos Pós-Graduandos da UFSCar (APG - UFSCar) e SINTUFSCar. Interessados a ir à caravana deixar nome, contato e RG na APG – UFSCar ou mandar por e-mail para: apg.ufscar@gmail.com ou ligar para: 3351-8123. Gestão "LENTA POEIRA" APG-UFSCar (Coordenação Nacional de Entidades pela Revogação do REUNI, 2009, p. 11).

Se por um lado a instituição do Programa REUNI conquistou simpatizantes por entender como uma possibilidade de viabilizar a reestruturação do ensino superior público, com condições de expandir com recursos financeiros e de pessoal, por outro lado, ganhou inúmeros opositores que viram na proposta uma ameaça para a universidade pública, apontando vários motivos, dentre eles que o aumento significativo de matrículas dar-se-ia por meio da precarização e sobrecarga do trabalho docente, bem como do rebaixamento da qualidade da educação superior pública; assim, organizaram-se em campanhas de denúncias e esclarecimentos à população sobre as consequências do Programa às IFES.

6.6 AS MANIFESTAÇÕES NA UFSCar

Após votação e aprovação da participação da UFSCar no Programa REUNI, na reunião do Conselho Universitário, de 19/10/2007, seguido do encerramento da sessão dado que as condições para deliberação da proposta de expansão estavam comprometidas em função das manifestações, os alunos presentes continuaram no recinto (Anfiteatro da Reitoria) reunidos em assembleia da categoria.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSCar, SinTUFSCar, foi veiculado o Comunicado nº 27 - Especial de 19 de outubro de 2007, intitulado 'Educação não é mercadoria', argumentando um conjunto de considerandos e preocupações quanto ao Programa REUNI e ao projeto elaborado pela UFSCar no âmbito do REUNI. O comunicado fazia menção favorável à ampliação do acesso à Universidade, mas não por meio da 'massificação do ensino'; favorável à ampliação de verbas, mas que

para isso bastaria o cumprimento do estipulado na Constituição Federal. Ao final, conclamava:

A comunidade universitária, os movimentos sociais e os setores sociais devotados à causa da educação pública não podem se furtar da luta para impedir o avanço dessa velha agenda, sob o manto do 'novo', destruindo assim importante patrimônio social, que são as universidades públicas. Não podemos esmorecer frente a mais essa ofensiva contra reformista, assumindo nosso papel enquanto protagonistas na defesa de uma agenda capaz de transformar a universidade brasileira³².

No dia 22/10/2007, segunda-feira posterior à reunião do ConsUni de 19/10 que foi aprovada a participação da UFSCar no REUNI, foi divulgado pelo DCE uma carta informando a categoria sobre a deliberação ocorrida, com convocação de uma 'Assembleia de Urgência' com pauta relativa ao 'REUNI e próximas mobilizações' para aquele mesmo dia, às 19 horas, na Reitoria.

A convocação acompanhada da nota explicativa 'Por que somos contra o REUNI?', apresentava as diretrizes do REUNI, as quais consideravam nocivas, com as justificativas a seguir especificadas:

- Relação professor/aluno na proporção de 18 alunos por professor: que para atingir esse número seria necessária uma ampliação superior a 50% das vagas existentes;

Somos favoráveis ao aumento do número de vagas, mas desde que a qualidade do ensino seja garantida, ou seja, esta deve ser acompanhada de uma contratação efetiva de professores, melhoria na infraestrutura, a fim de garantir a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa & Extensão³³.

- Assistência Estudantil: apontava a deficiência na demanda da assistência estudantil, com falta de módulos de moradia, livros na biblioteca, grandes filas no restaurante universitário, sem constar no programa nacional especificação quanto à garantia de verbas para assegurar a permanência dos atuais estudantes e daqueles que estavam por vir;

³² SinTUFSCar. Comunicado nº 27 - Especial. Educação não é mercadoria. 19 out 2007.

³³ Nota DCE-UFSCar. Por que somos contra o REUNI? 22 out 2007.

- 90% de aprovação: de que para conseguir a meta haveria aprovação indiscriminada com transformação da universidade em uma ‘verdadeira fábrica de diplomas’;
- Flexibilização dos currículos: que o programa nacional previa a implementação de cursos gerais que retardariam a formação profissional como nos moldes nos quais o estudante saia da graduação plenamente habilitado a exercer a sua profissão; apontavam assim, uma graduação fragmentada com uma formação mínima, a qual se daria na UFSCar com os novos cursos propostos como Gestão e Análise Ambiental, Gerontologia, Licenciatura em Física-Química-Matemática-Biologia e Agroecologia.

Com estas informações a nota apontava o programa REUNI como ataque à qualidade do ensino e da formação profissional nas universidades federais, informando sobre a ocorrência de mobilizações contra a adesão ao REUNI em todo o país e que em todas elas as reitorias estavam agindo de forma violenta e repressiva e que na UFSCar não tinha sido diferente do ocorrido (no dia 19/10) e que, portanto, consideravam ilegítima a votação no ConsUni. Ao final do documento solicitava a participação de todos os estudantes na ‘Assembleia de Urgência’ para construção da mobilização para barrar a adesão do REUNI na UFSCar.

A ‘Assembleia de Urgência’ realizada na noite do dia 22/10/2007, resultou como deliberação, na ocupação da Reitoria, ocasião em que um grupo de estudantes se instalou nas dependências do saguão da Reitoria na mesma noite. O grupo denominado ‘Coletivo Ocupação da Reitoria pela Revogação do REUNI’, em Carta Aberta publicada em 23/10/2007, informa que a ocupação se orientava pela decisão coletiva dos/a estudantes, em consonância com a deliberação no Congresso dos Estudantes da UFSCar, com posição contrária ao REUNI, e tinha como princípios a preservação do patrimônio público e o atendimento das seguintes reivindicações³⁴:

- não adesão da UFSCar ao REUNI;
- anulação da votação do ConsUni no dia 19/10;
- revogação do decreto 6.096/2007, de criação do REUNI.

³⁴ MovE Brasil. Ocupação da UFSCar. Carta Aberta. 2007. Disponível em: <http://movebr.wikidot.com/especiais:2007:out:ocupacao:ufscar#toc0>. Acesso em: 19 fev 2024.

Com a ocupação, todos os departamentos e unidades localizadas no prédio da Reitoria tiveram suas atividades prejudicadas em função de alguns sistemas de tratamento de dados como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, SIAFI, por exemplo, instalado em computadores localizados no edifício da Administração, tendo os servidores alocados nas respectivas unidades, trabalho adicional pelo tratamento manual de dados (Notícias UFSCar 1, 2007)³⁵, acarretando danos de diversas naturezas à Universidade como: não pagamento do salário dos servidores docentes e técnico-administrativos, não pagamento de bolsas aos estudantes e das contas da UFSCar, interrupção de processos licitatórios, não aquisição de mantimentos para o Restaurante Universitário (RU), entre outros (Notícias UFSCar 2, 2007)³⁶.

A Secretaria dos Órgãos Colegiados, que comporta as atividades administrativas do ConsUni, alocada no prédio da Reitoria também ficou inviabilizada de acesso, com imprevisto na realização de várias atividades relacionadas ao colegiado, inclusive o suporte para a segunda sessão da reunião extraordinária (25/10/2007), que precisou ser realizada em local diferente daquele costumeiramente realizado (Anfiteatro da Reitoria), sem gravação de áudio e imprevisto na emissão de documentos, que na época eram impressos em papel timbrado do colegiado.

Foram várias as tentativas de negociação para solução do impasse, empreendidas pela Administração, pela Justiça e por membros da comunidade universitária, inclusive com divulgação de carta aberta à comunidade assinada por Diretores de Centro, Chefes de Departamentos e Coordenadores de Curso de Graduação e de Pós-Graduação apelando pela desocupação do prédio da Reitoria e o restabelecimento do pleno funcionamento da Universidade (Notícias UFSCar 3, 2007)³⁷.

A ocupação durou doze dias; em atendimento a determinação judicial, o prédio da Reitoria foi desocupado no dia 02/11/2007. Não houve punição aos estudantes que participaram da ocupação.

³⁵ Notícias UFSCar 1. Nota da Administração Superior da UFSCar sobre a ocupação do edifício da Reitoria. 1 nov 2007.

³⁶ Notícias UFSCar 2. Carta de Esclarecimento a Comunidade. Participação da UFSCar no REUNI. 29 out 2007.

³⁷ Notícias UFSCar 3. Diretores de Centro, Chefes de Departamentos e Coordenadores de Curso de Graduação e Pós-Graduação enviam carta aberta a comunidade sobre a ocupação do edifício da Reitoria da UFSCar. 1 nov 2007.

6.7 A EXPANSÃO DA UFSCar

Após a adesão, o Termo de Acordo de Metas para atendimento ao REUNI, celebrado entre a UFSCar e o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, SESu, foi assinado em 13 de março de 2008.

Em reunião extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 19 de agosto de 2008, foram criados os novos cursos, para início de funcionamento no ano letivo de 2009. Os vinte cursos criados foram: no Campus São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas: Curso de Licenciatura em Educação Especial (40 vagas), Licenciatura em Pedagogia, noturno (45 vagas), Bacharelado em Linguística (40 vagas); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: Bacharelado em Gerontologia (40 vagas), Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental (40 vagas), Bacharelado em Biotecnologia (40 vagas); Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia: Engenharia Mecânica (45 vagas), Engenharia Elétrica (45 vagas), Licenciatura em Física, noturno (30 vagas); Campus Araras: Centro de Ciências Agrárias: Bacharelado em Agroecologia (40 vagas), Licenciatura em Física, noturno (40 vagas), Licenciatura em Química, noturno (40 vagas), Licenciatura em Ciências Biológicas, noturno (40 vagas); Campus Sorocaba: Administração, noturno (60 vagas), Licenciatura em Geografia, noturno (60 vagas), Licenciatura em Pedagogia, noturno (60 vagas), Licenciatura em Matemática, noturno (25 vagas), Licenciatura em Física, noturno (25 vagas), Licenciatura em Química, noturno (25 vagas), Licenciatura em Ciências Biológicas, noturno (25 vagas).

Ressalta-se que os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica previam inicialmente 90 vagas cada. Porém, quando da aprovação do seu projeto pedagógico, ficou decidido iniciar com 45 vagas cada, com as demais vagas para entrarem em vigor posteriormente. Esse número de vagas não chegou a ser implementado, respectivos cursos funcionam com 60 vagas cada.

Quanto ao curso de Direito previsto anteriormente na proposta da UFSCar quando da adesão ao REUNI, com implantação condicionada à disponibilidade de pessoal (docentes e técnico-administrativos) e de recursos orçamentários (infraestrutura, custeio, etc) quando de sua efetiva implantação, posteriormente, em 2011, quando da análise de todos os recursos necessários, verificou-se a impossibilidade para implantação do curso no âmbito do REUNI.

Quanto a expansão nos cursos existentes, não se efetivou a ampliação de 10 vagas previstas para o Curso de Medicina como proposto no projeto inicial.

Assim, a UFSCar apresentou 1012 novas vagas para o vestibular de 2009, sendo 805 vagas relativas aos novos cursos e 207 vagas de expansão em 16 cursos já existentes, ou seja, 100 vagas a menos do apresentado na proposta original quando da adesão da UFSCar, contabilizando as 90 vagas relativas aos cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica e as 10 vagas do curso de Medicina não concretizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaboração deste trabalho a temática memória institucional alinou-se a interdisciplinaridade da tríade ciência, tecnologia e sociedade, mais particularmente no campo de políticas públicas, no que concerne a regulamentação pública da ciência e tecnologia, promovendo a criação de diversos mecanismos democráticos facilitadores na abertura de processos e tomada de decisão em questões concernentes a políticas científico-tecnológicas.

Com base nos objetivos inicialmente traçados para esta pesquisa, o Programa REUNI lançado pelo governo federal no ano de 2007, foi suscitado como um fato histórico, dada a relevância do tema no âmbito nacional, contexto que envolveu, indiscutivelmente, a maior ação para expansão do ensino superior público no país lançado pelo governo federal, concomitantemente com outras ações de crescimento, e especificamente, na UFSCar, objeto desta pesquisa.

Como o próprio título da dissertação menciona 'Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: a adesão da UFSCar ao REUNI', a pesquisa procurou traçar um histórico dos acontecimentos internos buscando um melhor entendimento do cenário naquele momento de adesão da UFSCar ao REUNI, na tentativa de contribuir para a preservação da história e memória da instituição, de forma que essas memórias não fiquem esquecidas, não sejam dissipadas com o passar do tempo.

Pois há de se considerar que a UFSCar pouco se preocupou em registrar sua própria história, bem como a falta de acondicionamento de documentação de forma sistemática, com poucas iniciativas de propostas e procedimentos com o objetivo de uma efetiva preservação da memória da Universidade.

Por outro lado, tal fato pode estar relacionado com a diminuta força de trabalho na Universidade, que historicamente sempre foi reconhecida como uma instituição 'enxuta', com quantitativo de pessoal muito aquém do necessário para realização de suas atividades, apresentando a proporção de 0,72 servidor técnico-administrativo por docente, sendo 1281 docentes e 931 servidores ta's (dados do mês de fevereiro/2024 obtidos junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UFSCar).

A demanda para recuperação do registro da história e memória da instituição se intensificou no contexto das comemorações alusivas aos 50 anos de atividades da UFSCar.

Nesta ocasião, para elaboração do cronológico dos 50 anos da UFSCar, a Secretaria dos Órgãos Colegiados da UFSCar, foi bastante demandada, por executar os serviços de apoio administrativo ao Conselho de Curadores da UFSCar e do Conselho Universitário (além de outros conselhos e comissões anteriormente apoiados administrativamente), e comportar fisicamente documentos que antecedem o início das atividades da Universidade.

Foi então possível perceber o quanto as informações e dados históricos da universidade estavam dispersos, com algumas informações incompatíveis umas com as outras, tornando o processo de elaboração do cronológico um tanto complexo e até passível de imprecisões. Fato este que destaca a complexidade da história institucional.

Salienta-se que a ampla maioria dos servidores docentes e técnico-administrativos da UFSCar (66%) passaram a integrar a comunidade universitária após a implantação do REUNI, portanto, desconhecem a história da universidade bem como a origem das vagas que ocupam na instituição.

Assim, considera-se de fundamental importância registrar a memória da instituição para o seu próprio benefício, para o fortalecimento de suas bases, para as próximas gerações conhecerem os caminhos já percorridos institucionalmente, bem como conhecerem os erros e acertos do passado, como referenciais consistentes para o entendimento do presente e planejamento de ações futuras.

Nessa concepção da importância da preservação da memória institucional, a presente pesquisa buscou recuperar parte da história da UFSCar ao analisar as circunstâncias e registrar sequencialmente os acontecimentos e conflitos ocorridos, dadas as manifestações contrárias ou favoráveis no processo de adesão da UFSCar ao Programa REUNI, como contribuição para o registro da história e preservação da memória da Instituição, buscando compreender e reconhecer as diferenças e limitações que envolveu o período.

No entanto, ao analisar a temática percebe-se que a implementação do Programa originou a partir da demanda da sociedade que questionava fortemente a elitização do acesso à educação superior pública. O REUNI foi então apresentado pelo governo federal como principal ação política de superação dessa situação discriminatória, com ampliação das oportunidades de acesso e permanência na educação superior.

Em paralelo, de acordo com Léda e Mancebo (2009) no segundo semestre de 2006 inicia-se uma campanha contra o ensino ministrado na maioria das universidades, com diagnósticos e análises baseados em dados estatísticos sobre vagas nas universidades públicas e altas taxas de evasão nesse nível de ensino. Na ocasião, em contraposição a este quadro, é apresentado o Projeto Universidade Nova, e assim, em um cenário controverso entre uma proposta de 'Universidade Nova' em superação à tradicional, com desafios e perspectivas, foi criado o Programa REUNI.

Observa-se que a adesão ao REUNI se colocou como uma ação política das gestões universitárias para expansão do ensino superior público assegurados os recursos financeiros e de pessoal, apresentando-se como uma grande oportunidade de expansão e democratização do ensino superior naquela ocasião, com garantias. Na UFSCar essa ação atrelou-se à consolidação das metas do PDI/UFSCar-2004, já em execução.

Para o Presidente do ConsUni- UFSCar, Prof. Oswaldo B. Duarte Filho:

A possibilidade de um programa que aloca pela primeira vez, preciso falar porque é histórico, nós nunca tivemos na universidade condições de expandir com recursos financeiros e de pessoal, com exceção do Campus Sorocaba e do curso de Medicina, que estão dentro de um projeto de expansão já do governo, todas as expansões que já fizemos, os mais antigos aqui são testemunha, foram feitas na raça, sem garantia de contratação, sem garantia de recursos e nós crescemos e criamos vagas e cursos nesta Universidade; aliás uma boa parte dos alunos só estão aqui por causa disso, porque esta Universidade ousa (Áudio da reunião extraordinária do ConsUni, 19/10/2007).

Por outro lado, a oposição ao REUNI apresentou-se como uma ameaça à qualidade do ensino com a expansão da universidade via REUNI, em função do

atendimento às metas e diretrizes estabelecidas no Programa, bem como a preocupação com a não destinação de recursos financeiros para custeio da expansão (infraestrutura física, contratação de docentes, assistência estudantil, etc).

Como resultados desse trabalho observou-se que entender o modo como o programa foi apresentado, o curto prazo para submissão de propostas pelas universidades, a rapidez para sua adesão e implementação, bem como, posteriormente os resultados dessa expansão (aqui não explicitados por não ser o cerne da questão) se fez extremamente importante para o entendimento das manifestações favoráveis ou contrárias à implantação do Programa no interior das universidades, ocasionando inúmeros debates, protestos e ocupações de prédios universitários em todo o país, por grupos de estudantes contrários ao Programa REUNI.

Considerando também, que, as universidades federais atendem à sociedade, mesmo que uma parcela mínima, conclui-se pela fundamental importância de entender os resultados desse movimento de expansão, com clareza por parte das universidades para compreender, se preparar e criar condições para receber programas, diante da formulação de novas políticas públicas que porventura venham a ser instituídas para atender a sociedade.

Registre-se que, apesar da pesquisa não ter empregado o método de entrevista às pessoas diretamente envolvidas no recorte temático analisado, a pesquisa documental empregada neste trabalho foi fundamental para o desenvolvimento do tema e entendimento das manifestações internas ocorridas no processo de adesão da UFSCar ao REUNI, bem como possibilitou compreender o cenário nacional envolvendo o lançamento do Programa.

Ressalta-se que a presente pesquisa se compõe como um importante mecanismo de análise e reflexão no tocante às políticas públicas educacionais, efetivadas pelo REUNI, ocasionando a grande expansão do ensino superior público.

Dessa forma, considerando os objetivos da presente pesquisa, em consonância com a missão da UFSCar “desenvolver, ensinar e disseminar a Ciência e a Tecnologia gratuitamente, e preservar a memória e as culturas local, regional e nacional” (Universidade Federal de São Carlos, 2023a, p. 13), e considerando também o registro fidedigno dos eventos ocorridos no recorte temático desta

pesquisa, acredita-se que os objetivos foram plenamente alcançados, com trabalho resultante em mais um projeto institucional de contribuição para o registro e preservação da história desta conceituada e bem sucedida instituição pública de ensino superior: a UFSCar.

Por fim, espera-se também que este trabalho possa contribuir para ressaltar a relevância da temática memória institucional, no sentido de estimular uma reflexão sobre a história das instituições e sua preservação, além de contribuir, de uma forma mais ampla, com futuras pesquisas relacionadas à temática. Em outra instância, espera-se que possa contribuir para os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), ressaltando a importância da interdisciplinaridade, e de seu potencial para se compreender e registrar a história das instituições, preservando sua memória institucional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. P. M. **Periódicos científicos eletrônicos**: reflexões sob o viés CTS. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1051/3089.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 maio 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. ANDIFES. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior**. [s. l]: ANDIFES, 2003. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1363027779Proposta_expansao_Lula.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.
- AULER, D; BAZZO, W; Reflexões para Implementação do Movimento CTS no Contexto Educacional Brasileiro. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 7, n. 1, p.1-13, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132001000100001>. Acesso em: 30 maio 2023.
- AULER, D.; DELIZOICOV, D. **Educação CTS: articulação entre pressupostos do educador brasileiro Paulo Freire e referenciais ligados ao movimento CTS**. In. Encontro Iberoamericano sobre las Relaciones CTS em La Educación Científica, 5, 2006, Málaga. *Anais...*Málaga: Ed. Universidad de Málaga, 2006. p.01-09.
- BALDEZ, C. Escassez de verbas corrói pesquisa científica. **Conexão UFRJ**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/02/escassez-de-verbas-corroi-pesquisa-cientifica-nacional/>. Acesso em: 12 jun 2023.
- BITTAR, M; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, Jul-Dec., 2012. Disponível em: file:///C:/Users/62197/Downloads/Historia_da_Educacao_no_Brasil_a_escola_publica_no.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.
- BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social**. Tradução de Marcelo do Amaral Penna Forte. São Paulo: Editora Unesp, 2009, 300 p.
- BORTOLANZA, J. **Trajectoria do Ensino Superior Brasileiro - Uma Busca da Origem até a Atualidade**. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, nov/2017, Mar del Plata, Argentina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Decreto S/N de 20 de outubro de 2003**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-publicacaooriginal-124832-pe.html>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 2005a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: Presidência da República. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios [...]. Brasília, DF: Presidência da República. 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.html. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República. 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.095%2C%20DE%2024,Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República. 2007c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/decreto/d6096.html. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República. 2010b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI. 2007d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 14 fev 2024.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAFES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2004a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2004b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2005b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Brasília, DF. 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.**

Brasília, DF. 2008b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Brasília, DF. 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Portaria MEC 389 de 09 de maio de 2013.** Cria o programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF. 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoas/programa-bolsa-permanencia/68911-portaria-389-09052013/file>. Acesso em: 24 maio de 2023.

BUENO, C. **Universidade pública no Brasil: nova expansão com novos significados.** Rev. **Ciência&Cultura.**[s. l.], 2023. Disponível em:

<https://revistacienciaecultura.org.br/?p=4023>. Acesso em: 27 maio 2023.

CAMARGO, O. Sociedade. **Recanto das Letras.** 2011. Disponível em:

<https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/4472435>. Acesso em: 25 maio 2023.

CARNEIRO, Neri P. Memória e Patrimônio: Etimologia. [s. l.], 2009. **WEBArtigos.**

Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288?expand_article=1. Acesso em: 31 jan 2024.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** 13 ed. São Paulo: Ática. 2005.

CERVO, L. A.,; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PELA REVOGAÇÃO DO REUNI.

Livro Cinza do REUNI - Dossiê-denúncia das consequências do REUNI. 2.ed. 2009. Disponível em:

https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20090422_REUNI_CarolinaPinhoeMaíra%20Gentil-b.pdf. Acesso em: 06 mar 2024.

CUPANI, A. **A tecnologia como problema filosófico: três enfoques.** In: Scientle Studia, São Paulo: v. 2, p. 493-518, São Paulo, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ss/v2n4/a02v2n4.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

DAGNINO, R., THOMAS, H., DAVYT, A. “**El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica**: una interpretación política de su trayectoria”. REDES, v. 3, nº 7, pp. 13-51, 1996.

DIRETÓRIO ACADÊMICO DE FONOAUDIOLOGIA-UFBA. **Livro Cinza do REUNI** - Dossiê-denúncia das consequências do REUNI. 1.ed. 2008. Disponível em: https://livrocinza.files.wordpress.com/2008/08/livro_cinza_do_reuni.pdf. Acesso em: 06 mar 2024.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa. **A Terceira Derrota de Anísio Teixeira**: O REUNI na UnB. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Brasília, 2019. 354 f. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/38429/1/2019_NorivanLustosaLisboaDutra.pdf. Acesso em: 10 mar 2024.

ECO, U. **Como se faz uma Tese**. São Paulo, Perspectiva, 2005.

FARIA, L. I. L.; GREGOLIN, J. A. r.; HOFFMANN, W. A. M. **Análise da produção científica da UFSCar a partir de indicadores bibliométricos**. In: ROCHA-FILHO, R. C.; KIMINAMI, C. S.; PEZZO, M. R. (org.). 30 Anos de Pós-Graduação na UFSCar: multiplicando conhecimento. 1 ed. São Carlos: EDUFSCar, 2007, v. 1, p.207-220.

FIGUEIREDO, Ewerton L.F. **A Memória Institucional e as Relações Públicas**. 2014. Connexio. Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios. Ano 3, nº 2 fev - jul.2014 - ISSN 2236-8760. p. 81-91

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; FURNIVAL, A. C. M. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: apontamentos preliminares sobre a constituição do campo no Brasil. In: SOUSA, C. M.; HAYASHI, M. C. P. I. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: enfoques teóricos e aplicados*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p.29-88.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. **REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente**. Revista Educação & Realidade. v. 34, n. 1, p. 49-64, jan/abr. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org/pdf/rer/v34n01a04.pdf>. Acesso em: 01 mar 2024.

LÓPEZ CERREZO, J. A. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos**. In: SANTOS, L.W. dos et al (Org.). Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da integração. Londrina: IAPAR, 2002. p.3-39.

LÓPEZ CERREZO, J. A. **Ibero-american Perspectives**. In: MITCHAM, C. (Ed.) Encyclopedia of Science, Technology and Ethics. Michigan: Thomson Gale, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDONÇA, A. W (org.). **Metodologia para estudo de caso**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. 99 p. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/21932/1/fulltext.pdf>. Acesso em: 13 jun 2023.

MENDONÇA, Roseane Souza de; PINHO, Fabio Assis. **Memória institucional por meio da organização documental de fotografias**. 2016. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 90-110, mar./ago. 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p90-110

MORENO, Nadina. A.; LOPES, Maria A.; DI CHIARA, Ivone G. **A contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória**. Biblionline, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/10439/6933>. Acesso em: 06 fev 2024.

Nassar, Paulo. **A memória institucional das organizações**. 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-memoria-institucional-das-organizacoes/>. Acesso em: 18 mai 2023.

_____. **A Mãe de todas as responsabilidades**. 21 ago 2007. 2007a. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/coluna/a-mae-de-todas-as-responsabilidades>. Acesso em: 23 nov 2021.

_____. **Reputação é memória**. 14 nov 2006. 2006. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/coluna/reputacao-e-memoria>. Acesso em: 23 nov 2021.

PALACIOS, E. M.G. et al. **Ciencia, Tecnología y Sociedad: una aproximación conceptual**. Cuadernos de Iberoamérica Edita: Organización de Estados

Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 2001. Disponível em: <https://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1R415CDTQ-212N0SC-2W9G/CTS.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

PALACIOS, E. M. G. et al. **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Cadernos de Ibero-América. Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2003.

RAMALHO, Cláudia de M. B. **A Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA):** diretrizes para uma política de recuperação, preservação e salvaguarda da memória institucional. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. 149f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/18179/Vers%c3%a3o%20final%20tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan 2024.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. **Memória Institucional: uma revisão de literatura**. 2011. CRB-8 Digital, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89.

SAMPAIO, H. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro, 1808 - 1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. 1991. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

SANTOS, Juliana C. dos; VALENTIM, Marta L. P. **Memória Institucional e Memória Organizacional: faces de uma mesma moeda**. 2021. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 26, número 3, p. 208-235.

SANTOS, L.W. dos; ICHIKAWA, E. Y. **CTS e a participação pública na ciência**. In: SANTOS, L. W. dos et al (Org.). Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da integração. Londrina: IAPAR, 2002. p. 239-271.

SGUISSARDI, V. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 1993.

SILVA, A. C. L. **Um Olhar Sobre os Rankings Universitários: o Impacto e a Repercussão**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. 186 f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14969/Antonio%20Carlos%20-%20Tese%20v%2013092021.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, P. B. C. **Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina nas décadas de 60 e 70**: análise de obras do período. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015. 122 f. Disponível em: <https://dippg.cefet-rj.br/ppcte/attachments/article/81/2015%20-%20CI%C3%80NCIA,%20TECNOLOGIA%20E%20SOCIEDADE%20NA%20AM%C3%89~.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Conselho Universitário. **Ata da 225ª Reunião Ordinária**. 2017. Disponível em: <https://www.soc.ufscar.br/consuni/2017/arquivos/225a-reuniao-ordinaria-17022017/consuni225ata.pdf>. Acesso em: 05 fev 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Estatuto UFSCar**. 2007. Disponível em: https://www.soc.ufscar.br/arquivos/regimentos/estatutoufscar_alterado.pdf. Acesso em: 30 jan 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI UFSCar 2004**. 2004. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-da-ufscar-pdf>. Acesso em: 15 fev 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI UFSCar 2018-2022**. 2022. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/planejamento/pdi/pdi-ufscar-2018-2022.pdf>. Acesso em: 07 jan 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Proposta da UFSCar ao REUNI**. 2008a. Disponível em: <http://www.reuni.ufscar.br/apresentacao-de-propostas-reuni>. Acesso em: 15 fev 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório Anual de Atividades 2007**. 2008b. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/informacao-institucional/prestacao-de-contas-2/relatorios-de-atividades/relatorio-de-atividades-2007.pdf>. Acesso em: 15 fev 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório Anual de Gestão e Atividades da UFSCar 2022**. 2023a. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/informacao-institucional/prestacao-de-contas-2/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022-final-31-03-2023-1.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Conselho Universitário. **Resolução ConsUni nº 693 de 15/04/2011**. 2011. Disponível em: https://www.soc.ufscar.br/consuni/2011/arquivos/186areuniao-ordinaria-15042011/deliberacoes_consuni186.pdf. Acesso em: 05 fev 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar**. 2023b. Disponível em: <https://www.umma.ufscar.br/historia-da-umma>. Acesso em: 29 jan 2024.

VACCAREZZA, L. S. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: o estado da arte na América Latina. In: SANTOS, L. W. dos et al (Org.). *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da integração*. Londrina: IAPAR, 2002. p.43-79.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 164p. Disponível em: [file:///C:/Users/Administrador/Downloads/Metodologia de Estudo e de Pesquisa e m Administracao Vol1.pdf](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/Metodologia_de_Estudo_e_de_Pesquisa_e_m_Administracao_Vol1.pdf). Acesso em: 31 maio 2023.

APÊNDICE A

Exposição dos Diretores de Centro na reunião extraordinária do Conselho Universitário da UFSCar, ocorrida em 19 de outubro de 2007, relacionado ao processo de discussão do Programa REUNI, no âmbito de cada Centro Acadêmico.

- Prof. Dr. Ernesto Antonio Urquieta Gonzalez, Diretor do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET):

Informou que a proposta REUNI lançado pelo MEC gerou algumas preocupações o âmbito do CCET, mas à medida que a proposta foi sendo analisada, ficou mais clara, sendo possível verificar a possibilidade de recursos, novos docentes e de certa maneira de otimizar o trabalho dos professores, bem como o uso de infraestrutura existentes na universidade e assim por diante. Os departamentos e alguns grupos começaram a sentir um pouco mais a vontade para apresentarem propostas, cujas discussões foram muito maduras e as propostas começaram a surgir primeiramente nas bases de expansões na graduação para os cursos existentes, dada que a preocupação do CCET na expansão, não surgiu apenas nos dois últimos meses de discussão do REUNI, mas o centro já havia apresentado à reitoria uma proposta muito similar há três ou quatro anos antes, portanto, se constitui em proposta já amadurecida com o tempo; não é uma proposta que surge da noite para o dia, é uma proposta que já era esperada inclusive nos departamentos com grandes estruturas, como o Departamento de Engenharia de Materiais (DEMa) que tem uma das maiores estruturas em laboratórios e em corpo docente, e acreditam que tem capacidade para atender melhor a sociedade com engenheiros de materiais e aí nesse mesmo sentido a também a Engenharia Química, a Engenharia Civil, a Estatística e outros, que já atendem bem mas que realizaram uma otimização de seus recursos humanos e infraestrutura para melhorar o atendimento à sociedade. Portanto, no CCET as primeiras propostas surgiram da expansão de cursos já existentes e se constituem em propostas muito sensatas que em nada comprometem o funcionamento desses departamentos. Tranquilizando a comunidade e aos alunos, disse que a expansão era muito esperada e muito necessária para a sociedade, dado o fato que cada vez mais os jovens, devido a falta de vagas no ensino público procuram as instituições particulares de ensino, as quais vem crescendo em um ritmo exatamente comercial

com grande quantidade de vagas, mas pouca qualidade; portanto, “nós temos a obrigação perante a sociedade de fazer isso”. As propostas relacionadas a cursos novos também foram muito sensatas, o Centro forma alunos na área de ciências exatas: física, química, matemática, estatística e as engenharias; portanto, a proposição para criação dos cursos de Engenharia Elétrica e de Engenharia Mecânica, visando dar equilíbrio para a área, as quais estão faltando na Universidade e também por serem carreiras necessárias para a sociedade, além do discernimento científico e tecnológico ser fundamental para o país. Afirmou ser um grande desafio a criação desses dois novos cursos, mas no âmbito do CCET há uma estrutura enorme de outros departamentos aptos a auxiliar inicialmente. Quanto a proposta de criação do curso de Licenciatura em Física noturno, apesar de já contar um curso no diurno, também se faz necessário oferecer essa carreira no período noturno, a exemplo dos cursos de Licenciatura em Química e Matemática oferecidos em ambos períodos, portanto, também muito coerente o oferecimento dessa licenciatura no noturno, que poderá aproveitar toda a infraestrutura que a física já tem em formar licenciados e oferecer a região essa carência que todo mundo sente na formação de licenciados na área de ciências exatas. Afirmou que a proposta do CCET é bastante sensata e coerente e não coloca em risco de nenhuma maneira a futura capacidade profissional desses novos profissionais que serão formados.

- Prof. Dr. José Eduardo dos Santos, Diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, (CCBS):

Procedendo informações quanto aos procedimentos que o CCBS desenvolveu até a apresentação das três propostas de bacharelados enquadrados na proposta do REUNI, informou que, anterior ao REUNI, o CCBS estava sendo cobrado sistematicamente em termos de um crescimento de sua área de atuação, particularmente na área biológica. Pois, com a chegada do curso de Medicina houve um incremento maior na área da saúde; então essa cobrança tem sido sistemática e o REUNI chega em um momento que de algum modo atende às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto ao equilíbrio de áreas na instituição, na qual o CCBS é um dos mais desfavorecidos. A partir do momento que iniciaram os trabalhos relativos ao REUNI na instituição, as preocupações foram similares nos três centros do campus São Carlos, quanto ao envolvimento dos departamentos em

relação a buscar propostas que realmente atendesse; então o Programa foi apresentado em um momento muito bom no sentido de induzir através dos departamentos e de trazer algumas formas de ampliação na área do CCBS; registrou ser clara a insegurança muito grande em relação a manutenção dos recursos, mas de algum modo os departamentos souberam entender, apesar da desinência ocorrida no Departamento de Biologia com um único docente quanto a não aceitação. Mas considerando ser este o momento de crescer de algum modo, no sentido de ampliar área de atuação, no momento dessa discussão, o Conselho Interdepartamental do CCBS deliberou pelo crescimento, mas sem custos ou prejuízos para os cursos em vigência; tanto que na planilha apresentada não houve ampliação de vagas nos cursos já existentes, apenas o curso de Medicina que propôs ampliação de 10 (dez) vagas e o curso de Fisioterapia que em função de estar passando por uma reestruturação curricular, que já havia inclusive proposto a ampliação de 30 para 40 vagas. Mediante esta tomada de decisão, para não comprometer inclusive a qualidade dos cursos já existentes, o centro aguardou a discussão das novas propostas, culminando na proposição de três bacharelados - Gerontologia (na área de saúde), Biotecnologia e o curso de Gestão e Análise Ambiental, todas refletindo a maturidade na pesquisa que se desenvolve no CCBS. Quanto a Gerontologia, informou da existência de um núcleo que trabalha na Enfermagem esse aspecto e vê este como um momento muito importante de se integrar à área da saúde com a Medicina, a Fisioterapia e com a Terapia Ocupacional, voltada para a saúde do idoso, vinculado e integrado ao sistema de saúde pública do município. A Biotecnologia vem sendo discutida anterior à implantação da Pós-Graduação em Biotecnologia, assim a criação da graduação reflete naturalmente a maturidade científica do Departamento de Genética e Evolução (DGE) na perspectiva de trabalhar com direcionamento mais voltado ao que se pretende a esse profissional. A Gestão e Análise Ambiental vem da maturidade científica de um grupo de docentes efetivamente ligados a ecologia; de algum modo são perspectivas que não tem ainda sua regulamentação profissional, mas tem um potencial muito grande de trabalho em termos de mercado de trabalho, exceto a gestão ambiental com uma proposta de regulamentação junto à Assembleia Legislativa, apresentada por um deputado, para criar a figura do ambientalista e gestor ambiental; as outras duas estão a caminho de regulamentação também, pois não são propostas inéditas, já existem cursos

idênticos implantados em instituições públicas do Estado de São Paulo que já estão trabalhando com estas áreas de atuação. Registrou que o período não foi simples, foi inseguro, e se houvesse maior tempo para encaminhamento, haveria uma reflexão maior até mesmo para atender áreas que a UFSCar não tem, como biomédicas e nutrição; mas que todos estavam tranquilos no CCBS para encontrar o apoio para as proposições.

- Prof. Dr. Valdemir Miotello, Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).

Informou que o CECH há algum tempo, como os demais centros, vinham discutindo o crescimento, dado o entendimento do compromisso que uma universidade com tamanha qualidade como a UFSCar não pode colocar sobre si uma redoma de vidro e manter essa qualidade apenas para um pequeno conjunto de pessoas, face a possibilidade concreta de crescer sustentada pela proposta do REUNI. Assim, o curso de Música havia sido criado 4 anos antes no 'peito e na raça', com apenas três docentes, e oferecimento de 20 vagas, propõe para a presente proposta um aumento de suas vagas. De maneira idêntica o curso de Filosofia propõe no âmbito do REUNI também ampliação de suas vagas na graduação, dada a discussão acumulada de muito tempo do Departamento de Filosofia, que também muito corajosamente, com um conjunto pequeno de professores, mas de extremíssima qualidade, abriu criou o Curso de Filosofia. Informou da recente aprovação de cinco novos Programas de Pós-Graduação vinculados ao CECH, totalizando oito novos cursos de mestrado e doutorado, como compromisso do CECH e da UFSCar em ampliar vagas em uma universidade de qualidade. Portanto, desde um primeiro momento uma discussão que já vinha de mais tempo e com o lançamento do Programa REUNI vários departamentos e alguns grupos organizados propuseram e foram construindo propostas de novos cursos. Em um primeiro momento foram apresentadas seis novas propostas de cursos, além da ampliação de vagas na maioria dos seus cursos já existentes. As seis propostas apresentadas foram discutidas exaustivamente no âmbito do CECH e também em sessões públicas. Após várias reuniões e massivas discussões e sessão pública, foi feito o escalonamento das propostas de novos cursos, assim priorizados: 1) Licenciatura em Pedagogia noturno, dada a importância em ter um curso para formação de professores no noturno; 2) Bacharelado em Linguística, por

ser um curso em que trabalha com as teorias modernas de linguagem completamente diversa do curso de Letras, é um curso que se constitui autônomo, diferente, extremamente inovador e absolutamente necessário; inclusive são poucas, mas as boas universidades do Brasil possuem esse curso, como UNICAMP e UFRJ; 3) Licenciatura em Educação Inclusiva, por ser uma proposta inovadora a nível de país, na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais; justificou o suporte ao curso advindo do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, com trinta anos de existência, se constituindo até então o único no país, além da recente criação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia; 4) Curso de Direito, por ser um curso extremamente interessante e muito necessário para a UFSCar e para a área de humanas, e poucos cursos em universidades públicas no Estado de São Paulo, apenas duas, e para a UFSCar seria muito interessante dado o volume de conhecimento extremamente necessário para a instituição; 5) Ensino e Aprendizagem de Língua Estrangeira, proposta interessante e inovadora; 6) Curso de Ciência, Tecnologia e Sociedade, que foi sugerido mas depois retirado da pauta, dado que o CECH ainda quer focalizar a questão de um curso intercentros relacionado à Gestão e Economia Solidária, proposto por um grupo que há muito tempo vem trabalhando nesta proposição; portanto, estas as propostas discutidas e assumidas pelo CECH.

- Prof. Dr. Norberto Antonio Lavorenti, Diretor do Centro de Ciências Agrárias (CCA), Campus Araras:

Manifestou-se informando que o CCA vem sendo cobrado pelo aumento no número de cursos oferecidos naquela região, sendo os cursos ofertados no Campus, o de Engenharia Agrônoma, com 50 vagas, e o curso de Bacharelado em Biotecnologia com 25 vagas, sendo que para este último propõe-se ampliação para 30 vagas no âmbito do REUNI. Informou que a partir da possibilidade de implantação de novos de novos cursos pelo REUNI, foi constituída uma comissão composta por representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, para estudos relativos à criação de novos cursos no centro. Diversas propostas foram apresentadas, mas a opção no CCA foi a seguinte: 1) Agroecologia, pelo caráter inovador, em que o aluno desde o princípio tem uma inter-relação com a sociedade; 2) Licenciatura em Ciências Biológicas noturno: proposta já apresentada para criação em torno de 10 anos antes, mas não levada adiante na ocasião dada a

sobreposição que poderia existir com o curso oferecido no campus São Carlos; 3) Licenciatura em Química noturno; 4) Licenciatura em Física noturno; sendo as três licenciaturas propostas para haver um maior aproveitamento da área pedagógica e um comprometimento com relação aos professores utilizados nesses cursos, além de se levar em consideração, com base em editais de Secretarias de Educação, a grande procura por professores de química e física.

- Prof. Dr. José Salatiel Rodrigues Pires, Diretor do Campus Sorocaba.

Inicialmente se solidarizou com as falas dos diretores que o antecederam com relação a necessidade de aproveitamento desse momento para realizar uma expansão universitária, sem deixar de manter a qualidade dessa expansão. Relatou que a comunidade acadêmica do Campus Sorocaba recebeu a proposta do REUNI com grande entusiasmo; inicialmente foram abertas as possibilidades para proposição de cursos, dada a discussão das demandas sociais existentes em Sorocaba com relação a novos cursos (dado que já existia uma demanda apontada pela Secretaria Estadual de Educação quanto às licenciaturas e também em relação às indústrias do município de Sorocaba). Assim, tomando por base as discussões e critérios anteriormente elencados para discutir os tipos de cursos mais importantes para expansão do campus, foram apresentadas inicialmente 10 propostas de novos cursos por grupos de docentes, pelo fato do Campus Sorocaba não possuir departamento. Diante da defesa dos propositores e análise da comissão instituída no Campus para tal finalidade, com base nos critérios definidos pela Comissão do REUNI (PDI, interdisciplinaridade, qualidade de ensino, aproveitamento dos recursos humanos, esforço acadêmico e administrativo, infraestrutura física, etc), em um processo bastante democrático e intenso, chegou-se a proposição de 280 novas vagas noturnas para o Campus Sorocaba. Registrou parabenizações à Universidade pela condução de todo o processo.